



OUTROS

ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA - CNPJ: 03.604.761/0001-40					k) PARTES RELACIONADAS						
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					A sociedade empresária realiza diversas transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preço e condições normais de mercado. As transações referem-se principalmente a empréstimos e operações mercantis entre coligadas.						
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores Acionistas, às Demonstrações contábeis da sociedade, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.009											
A ADMINISTRAÇÃO											
ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA											
CNPJ / MF 03.604.761/0001-40											
Balanco Patrimonial levantado em 31/12/2008 e 31/12/2009											
ATIVO		31/12/2008		31/12/2009		PASSIVO		31/12/2008		31/12/2009	
CIRCULANTE											
Disponibilidades											
Caixa											
Bancos e Movimentos											
Contas a Receber											
Partes relacionadas											
Outros clientes											
Estoques de Produtos											
Impostos a Compensar											
Créditos a receber											
Importação em Andamento											
Despesas Antecipadas											
NÃO CIRCULANTE											
Realizável à Longo Prazo											
Empresas Coligadas											
Eleitorais											
Quotistas e Diretores											
Investimentos em outras Clases											
Imobilizado											
TOTAL DO ATIVO											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis											
ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA					ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA						
CNPJ / MF 03.604.761/0001-40					CNPJ / MF 03.604.761/0001-40						
Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31/12/2008 e 31/12/2009					Demonstração dos Fluxos de Caixa para Exercício Findo em 31/12/2009						
(Expressa em Reais)					(Expressa em Reais)						
		31/12/2008		31/12/2009				31/12/2009			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA											
(-) Deduções											
(-) (icms, Cofins, PIS)											
(-) Devoluções											
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA											
(-) Custo dos produtos Vendidos											
LUCRO BRUTO											
(-) DESPESAS OPERACIONAIS											
Com Vendas											
Administrativas											
(+/-) Receitas Financeiras Líquidas											
(+/-) Lucro Part.Societaria											
(+/-) Ganho na Venda do Imobilizado											
(+/-) Receitas de Incentivos Fiscais											
(-) Perdas em Investimentos											
LUCRO OPERACIONAL											
(-) IRPJ e CSLL											
(-) Participação dos Administradores											
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO											
Lucro por ação - R\$											
Quant. de ações ao final do exercício											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						
ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA					ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA						
CNPJ / MF 03.604.761/0001-40					CNPJ / MF 03.604.761/0001-40						
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 2008 e 2009											
(Expressa em Reais)											
		Capital Social		Reserva Legal		Reserva de Incentivos		Dividendo Adic.Prop.		Patrimônio Líquido	
Saldo, 31 de Dezembro de 2007											
Aumento de capital com Reservas											
Lucros Reinvestidos											
Reserva Legal											
Reserva Incentivos Fiscais											
Dividendos (R\$ 0,3053 por ação)											
Saldo, 31 de dezembro de 2008											
Aumento Capital AGE 10/06/09											
Aumento de Capital											
Lucro Líq. Do Exercício											
Reserva Legal											
Reserva de Incentivos Fiscais											
Saldo, 31 de Dezembro de 2009											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis											
CLAUUDIO S/A											
SOCIC - S/A											
BIKE NORDESTE											
LOUVRE MAGAZINE											
RIANIL LTDA											
METIDIEIRI S/A											
CONST. SUCESSO											
F C M											
FRIGOTIL S/A											
COLON LTDA											
SOCIMOL											
CREDI-SHOP											
HALLEY S/A											
FILIAL SHOPPING											
GUADALAJARA S/A											
RAPIDO LONDON S/A											
2008											
2009											
3-IMPOSTOS A RECUPERAR											
IRPJ e C. SOCIAL											
IPI											
COFINS e PIS											
4)-ESTOQUE											
Materiais de embalagem											
Materiais de secundário											
Matéria prima											
Produtos acabados											
Outros estoques											
5-IMOBILIZADO											
Investimentos											
Construção em Andamento											
Obras civis											
Instalações											
Máquinas e equipamentos nacionais											
Máquinas e equipamentos estrangeiros											
Máquinas e equipamentos informática											
Veículos											
Móveis e utensílios											
Outras imobilizações											
Depreciação acumulada											
6-INTANGÍVEL											
Gastos de organização e administração											
Gastos financeiros											
Estudos, projetos e detalhamentos											
Receitas financeiras											
Amortização acumulada											
7-PROVISÕES											
Férias											
Fgts e inss											
Ordenados e salários											
8-FINANCIAMENTO - BRADESCO E BCO. DO NORDESTE DO BRASIL											
Os financiamentos obtidos pela entidade, estão garantidos por capital de giro e credito industrial não utilizados											
Instituição											
Modalidade											
Encargos											
Vencimento											
Valor											
Utilizado											
BNB											
Cred. Industrial											
0,18% am											
25.10.2009											
1.841.341											
Não											
Bco.Bradesco											
C/Garantida											
0,45 % am											
26/9/2010											
500.000											
Não											

CONTINUAÇÃO DO BALANÇO			9-PATRIMÔNIO LÍQUIDO																									
ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA - CNPJ: 03.604.761/0001-40 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores Acionistas, às Demonstrações contábeis da sociedade, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.009			a) Capital social O capital social está representado em 2008 e 2009 por ações nominativas, sem valor nominal, sendo o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 19.381.863,00 no ano de 2008 e R\$ 21.376.267,12 no ano de 2009, conforme abaixo demonstrado.																									
			<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Capital Subscrito</td> <td>19.381.863,00</td> <td>21.376.267,12</td> </tr> <tr> <td>Subvenções Recebidas</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Res. Isenção Red. IRPJ</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva Legal</td> <td>99.720,20</td> <td>251.513,50</td> </tr> <tr> <td>Lucros a Realizar</td> <td>1.459.827,73</td> <td>2.489.624,35</td> </tr> <tr> <td>Dividendo Adicional Proposto</td> <td></td> <td>2.289.129</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>20.941.410,93</td> <td>28.406.533,96</td> </tr> </tbody> </table>			2008	2009	Capital Subscrito	19.381.863,00	21.376.267,12	Subvenções Recebidas			Res. Isenção Red. IRPJ			Reserva Legal	99.720,20	251.513,50	Lucros a Realizar	1.459.827,73	2.489.624,35	Dividendo Adicional Proposto		2.289.129	TOTAL	20.941.410,93	28.406.533,96
	2008	2009																										
Capital Subscrito	19.381.863,00	21.376.267,12																										
Subvenções Recebidas																												
Res. Isenção Red. IRPJ																												
Reserva Legal	99.720,20	251.513,50																										
Lucros a Realizar	1.459.827,73	2.489.624,35																										
Dividendo Adicional Proposto		2.289.129																										
TOTAL	20.941.410,93	28.406.533,96																										
A ADMINISTRAÇÃO			b) Dividendos Não foram declarados dividendos																									
ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA CNPJ / MF 03.604.761/0001-40 Demonstração do Valor Agregado do Exercício Findo em 31/12/2009 (Expressa em Reais)		ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA CNPJ / MF 03.604.761/0001-40 Faturamento Bruto de 2008 e 2009 (Expressa em Reais)		c) Lucro líquido por ações: R\$ 3.5323 Calculado no ano de 2009 em função da quantidade de ações do capital social integralizado no final do exercício no valor de R\$ 1.424.037,00																								
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS 35.810.138		RECEITA OPERACIONAL BRUTA 2008 2009		10-COBERTURA DE SEGUROS Em 31 de dezembro de 2009, a companhia mantém uma cobertura de seguros, junto a Companhia Aliança do Brasil, no valor de R\$ 11.626.388,59 para edificações, máquinas equipamentos e estoques, com vigência de 02 de janeiro de 2009 a 02 de janeiro de 2011.																								
(+) Ganho na venda do Imobilizado -		Janeiro 2.526.344 2.309.807		11- RISCOS Os principais fatores de riscos, aos quais a sociedade está exposta, refletem aspectos operacionais e econômico-financeiros. Esses riscos são administrados através de políticas de controle, estratégias específicas operacionais tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, que estão plenamente compatíveis com o modelo de gestão da sociedade, através de conclusão do projeto da área industrial com moderna tecnologia e a demanda dos produtos com a comercialização de pouco menos de 50% para empresas do grupo detentoras de fatia representativa no mercado de bicicletas. Os riscos econômico-financeiros (inadimplência de clientes, taxa de juros, etc.) são tratados por normas específicas de aceitação de clientes e análise de crédito.																								
(-) Custo dos Produtos Vendidos - Insumos (23.637.693)		Fevereiro 2.458.318 2.280.938		12 - FLUXO DE CAIXA A Demonstração do Fluxo de Caixa, foi elaborada de conformidade com legislação vigente, a partir do exercício social de 2008. Ao final, demonstrada a Variação Líquida de Caixa no ano de 2009 no valor de R\$ 364.707,00.																								
(-) Despesas Operacionais (2.770.845)		Março 2.633.138 2.553.300		13 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGREGADO A sociedade elaborou referido demonstrativo contábil para o exercício social de 2008. Foram observadas as normas da legislação em vigor.																								
(-) Depreciações e Amortizações (299.673)		Abril 2.864.553 2.552.772		Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA Teresina-Piauí																								
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO 9.101.927		Maio 2.617.873 2.955.007		1- Examinamos o Balanço Patrimonial da ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA levantado em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.																								
(+) Receitas Financeiras 328.422		Junho 2.725.511 2.755.516		2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendemos, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.																								
(+) Resultado Equív. Patrimonial 0		Julho 3.014.604 3.790.037		3- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ONIX S/A - INDÚSTRIA DE COLCHOES E ESPUMA 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.																								
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR 9.430.349		Agosto 3.020.233 3.556.499		4- As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo parecer foi emitido em 15 de maio de 2009, sem ressalvas.																								
Setembro 2.847.050 2.636.018		Setembro 2.847.050 2.636.018		AUDIPER AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC - PI 23																								
Outubro 2.412.630 3.446.993		Outubro 2.412.630 3.446.993		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO JOÃO CLAUDINO FERNADES: Presidente VALDECY CLAUDINO: 1º Vice Presidente ROMILSON NERY DANTAS: 2º Vice Presidente																								
Novembro 2.506.373 3.022.956		Novembro 2.506.373 3.022.956		DIRETORIA JOÃO CLAUDINO FERNADES: Diretor Presidente JOAO CLAUDINO FERNADES JUNIOR: Diretor Superintendente FELIX FERNANDO RAPOSO: Diretor Administrativo ROMILSON NERY DANTAS: Diretor Comercial																								
Dezembro 2.962.615 3.569.055		Dezembro 2.962.615 3.569.055		CONTABILISTA WASHINGTON ALVES SOARES CRC- PI 4.041 CPF: 130.542.013-68																								
TOTAL ANUAL 32.589.242 35.428.898		TOTAL ANUAL 32.589.242 35.428.898																										
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis																										
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2009 (Valores Expressos em Reais)																												
1- CONSTITUIÇÃO E OBJETIVO A companhia foi constituída em 20 de janeiro de 2000, tendo como objetivo social a industrialização e a comercialização de colchoes de espumas e espuma de poliuretano, inclusive a exportação desses produtos bem como a importação de matérias primas, secundários, acessórios e máquinas e equipamentos.																												
2- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS A Administração da companhia observou, para a apresentação dos demonstrativos contábeis, relativos aos exercícios sociais de 2008 e 2009, o que determinam as Leis Federais nº 6.404/76 e nº 11.638/07 além da Medida Provisória nº 449/08. Foram elaboradas com base nas diretrizes e práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, associadas as normas da legislação tributária.																												
a) ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES Os ativos realizáveis e passivos exigíveis, que serão realizados no curso do exercício seguinte, estão demonstrados como circulante, incluídos os rendimentos, encargos, variações monetárias e variações cambiais a índices oficiais, incidentes.																												
b) APURAÇÃO DE RESULTADO Com o início de suas operações, a partir de junho/2002, o resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. Inclui os rendimentos e encargos incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável.																												
c) ESTOQUES Demonstrados ao custo médio das compras ou de produção. A companhia goza até o ano calendário de 2012 do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria até 400.100/ano para fabricação de colchões e travesseiros de espuma e 645/ano para a fabricação de espumas de poliuretano.																												
e) INVESTIMENTOS No ano de 2009 foi adquirido um apartamento avaliado em R\$ 750.000,00																												
f) IMOBILIZADO Demonstrado pelo custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.																												
g) PROVISÕES PARA IMPOSTO DE RENDA E OUTRAS A provisão para o imposto de renda foi constituída com base na legislação em vigor, como se devida fosse. O valor da isenção de 75% (setenta e cinco por cento), foi calculado com base no lucro da exploração e seu valor transferido para resultado do exercício, como receitas, em contrapartida a reserva de lucros para aumento de capital. Além da provisão para o IR, foram efetuadas, obedecendo ao que estabelece a legislação vigente, as provisões para fazer face a eventos futuros, seguintes: Férias, 13º salários e encargos sociais.																												
h) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Constituída com base na legislação em vigor, não dedutível para fins de imposto de renda.																												
i) COMPANHIAS E COLIGADAS Os empréstimos obtidos estão classificados no Passivo Não Circulante. São regidos por cláusulas contratuais, a partir do início do efetivo recebimento pela companhia.																												
j) INCENTIVOS FISCAIS - ICMS A companhia goza de incentivos fiscais ICMS até 31.12.2010 com redução de 60% do ICMS, sendo prorrogado até 31.12.2017, com o mesmo percentual de redução, e de 50% de redução durante 3 anos, até 2020, conforme Decreto nº 13.275 de 26.09.2008, sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria.																												



GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS - CNPJ: 06.526.131/0001-93					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores Acionistas, às Demonstrações contábeis da sociedade, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2.009					
A ADMINISTRAÇÃO					
GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS					
CNPJ / MF 06.526.131/0001-93					
Balanco Patrimonial levantado em 31/12/2009 e 31/12/2008					
	31/12/2009	31/12/2008		31/12/2009	31/12/2008
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	23.747.891	42.160.262	CIRCULANTE	4.956.638	11.265.579
Disponibilidades	1.749.861	723.283	Fornecedores	1.001.923	1.399.593
Caixa e Bancos	1.749.861	723.283	Partes relacionadas	58.318	42.425
Aplicações	-	-	Outros fornecedores	943.605	1.357.168
Contas a Receber	3.504.857	6.552.304	Salários a pagar	232.370	236.087
Partes relacionadas	2.396	4.027	Pró-Labore	7.520	500
Outros clientes	3.502.461	6.548.277	Obrigações tributárias	435.702	463.875
Estoques de Produtos	23.583.083	25.388.105	Obrigações bancárias	3.251.223	9.140.466
Impostos a Compensar	15.784	9.002.368	Provisões e outras obrigações	27.900	25.058
Créditos a Receber	886.012	486.304	Dividendos Propostos a Pagar	-	-
Importação em Andamento	-	-			
Despesas Antecipadas	8.294	7.898			
NÃO CIRCULANTE	22.544.184	6.954.607	NÃO CIRCULANTE	5.261.912	2.161.048
Realizável a Longo Prazo	14.867.544	75.743	Exigível a Longo Prazo	1.728.510	2.161.048
Sociedade S/A	-	398	Partes relacionadas	1.728.510	1.716.536
Impostos e Contribuições	14.791.367	-	Financiamentos Bancários	3.533.402	444.512
Empréstimos Compulsórios	885	885	Dividendos Intermediários	-	-
Depósitos e Cauções	75.292	74.460	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.073.525	35.688.242
Investimentos	2.568.049	2.303.977	Reserva Pl aumento de capital	-	5.837.720
Participação em Coligadas	2.248.648	1.986.576	Capital Social Subscrito	40.217.154	34.379.434
Socimol Ltda	2.248.648	1.986.576	(-) Capital a Integralizar	-	-
Investimentos em outras Cias	317.401	317.401	Capital social Realizado	40.217.154	34.379.434
Imobilizado	5.110.591	4.042.616	Reserva de Incentivos Fiscais	7.031.869	-
Intangível	-	532.271	reserva Legal	-	-
TOTAL DO ATIVO	52.292.075	49.114.869	TOTAL DO PASSIVO	52.292.075	49.114.869
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		
GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS			GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS		
CNPJ / MF 06.526.131/0001-93			CNPJ / MF 06.526.131/0001-93		
Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008			Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008		
(Expressa em Reais)			(Expressa em Reais)		
	31/12/2009	31/12/2008		31/12/2009	31/12/2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	40.863.098	30.642.780	CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.191.026	263.581
(+) Deduções	(12.975.597)	(9.288.775)	Recebimentos	42.239.661	30.040.325
(-) (icms, Cofins, PIS)	(9.968.745)	(6.645.631)	Recebimento de Clientes	42.079.146	29.867.562
(-) Devoluções e Descontos	(3.006.852)	(2.643.144)	Recebimento de Juros	160.515	172.763
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27.887.501	21.354.005	Pagamentos	(37.048.635)	(29.776.744)
(-) Custo dos produtos Vendidos	(25.317.412)	(16.670.212)	Fornecedores	(20.353.324)	(13.076.037)
Lucro Bruto	2.570.089	4.683.793	Salários, Rescisões e Pró-labore	(6.393.136)	(7.849.926)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(4.409.727)	(5.419.241)	Tributos e Encargos Sociais	(4.962.255)	(4.018.667)
Com Vendas	(2.760.667)	(3.570.663)	Despesas Operacionais	(3.457.859)	(3.316.043)
Administrativas	(1.601.744)	(1.508.442)	Juros e Despesas bancárias	(1.882.021)	(1.516.071)
(-) Depreciações e Amortizações	(59.290)	(340.116)	CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.376.467)	(477.517)
(-) Despesas Financeiras Líquidas	(1.627.132)	(1.253.448)	Recebimento da vendas do Imobilizado	374.876	-
(+) Lucro Equivalência Patrimonial	262.072	590.560	Investimento no Imobilizado	(1.751.343)	(477.517)
(+) Ganho na Venda do imobilizado	160.351	130.477	CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.787.981)	15.771
(+) Receita de Incentivos Fiscais	4.408.374	2.623.495	Recob de Adtos para Futuro Aumento de Capital	-	5.837.720
(+) IRPJ e CSLL Diferida	4.355.534	-	Recebimento de Lucros da Rápido London S/A	-	191.572
LUCRO OPERACIONAL	5.707.587	1.355.636	Captação de Recursos bancários	1.666.736	-
(-) IRPJ e CSLL	-	-	Pagamentos de Recursos Bancários	(2.800.353)	-
(-) Participação dos Administradores	-	-	Recebimento de Empréstimos - Partes Relacionadas	12.372	-
Lucro Líquido do Exercício	5.707.587	1.355.636	Pagamento de Empréstimos - Partes Relacionadas	-	(7.328.296)
Lucro por ação - R\$	14,2565	4,0483	Pagamento de Pró-labore	-	(351.961)
Quantidade de ações ao final do exercício	400.347	334.858	VARIÁÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	1.026.578	(198.165)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		
GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS			GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS		
CNPJ / MF 06.526.131/0001-93			CNPJ / MF 06.526.131/0001-93		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008		
(Expressa em Reais)			(Expressa em Reais)		
	Capital Social	Reserva plaum. Capital	Reserva de Incentivos	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo, 31 de Dezembro de 2007	34.379.434	-	-	(5.629.845)	28.749.589
Proposta de destinação dos lucros	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.355.636	1.355.636
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(254.703)	(254.703)
Reserva de incentivos Fiscais	-	-	2.623.495	(2.623.495)	-
Compensação de Prejuízos	-	-	(2.623.495)	2.623.495	-
Patrimônio Líquido	34.379.434	-	-	(4.528.912)	29.850.522
Reserva para Aumento de capital	-	5.837.720	-	-	5.837.720
Saldo, 31 de Dezembro de 2008	34.379.434	5.837.720	-	(4.528.912)	35.688.242
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	5.707.587	5.707.587
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(1.945.799)	677.696
Reserva de incentivos Fiscais	-	-	4.408.374	(4.408.374)	-
Compensação de Prejuízos	-	-	-	-	-
Reserva para Aumento de capital	5.837.720	(5.837.720)	-	-	-
Patrimônio Líquido	40.217.154	-	7.031.869	(5.175.498)	42.073.525
Saldo, 31 de Dezembro de 2009	40.217.154	-	7.031.869	(5.175.498)	42.073.525
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		
e) IMOBILIZADO E INTANGÍVEL					
Demonstrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1.995. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que leam em conta o tempo de vida útil dos bens.					
Conforme previsto no ICPC 10, a empresa efetuará a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2010.					
<u>Avaliação do valor recuperável dos ativos</u>					
Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Como base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeriam ajustes para perda por redução do valor de recuperação.					
f) INCENTIVO DE ISENÇÃO E REDUÇÃO DO ICMS					
A companhia goza até 31.10.2013 do benefício fiscal de isenção total do ICMS, redução de 90% no período de 01.11.2013 a 31.10.2015, redução de 80% no período de 01.11.2015 a 31.10.2018 e redução de 70% no período de 01.11.2018 a 31.12.2020, sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria.					
g) INCENTIVO DE REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA					
A companhia goza até o ano calendário de 2012 do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria até 4.500.000 peças/ano.					
h) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA					
Não constituída nos exercícios de 2.009 e 2.008 pela inexistência de lucro real.					
i) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Não constituída nos exercícios de 2.009 e 2.008 em virtude de apresentar base de cálculo negativa.					
j) DIVIDENDOS					
Em virtude da existência de prejuízos acumulados de exercícios anteriores não foram declarados dividendos nos exercícios de 2.009 e 2.008.					
l) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO					
Calculado em função da quantidade de ações do capital social integralizado no final do exercício.					
m) FINANCIAMENTOS					
	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	ENCARGOS	VENCTO FINAL	31/12/2009 CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE
BANCO DO BRASIL	CAPITAL DE GIRO	1,03%am	05.12.2010	1.080.417	
BANCO DO BRASIL	IMOBILIZADO	TJLP + 0,12%am	15.06.2013	55.575	138.937
BANCO DO BRASIL	CAPITAL DE GIRO	TJLP + 0,558%am	15.10.2012	83.333	916.667
BNB	IMOBILIZADO	0,67%am	06.02.2010	66.764	
BNB	IMOBILIZADO	0,67%am	08.04.2010	23.549	
BNB	IMOBILIZADO	0,67%am	27.07.2011	172.318	96.320
BNB	IMOBILIZADO	0,67%am	13.08.2012	126.002	210.004
BNB	IMOBILIZADO	0,67%am	05.11.2011	124.448	121.053
BRADESCO	CAPITAL DE GIRO	1,10%am	26.07.2010	433.333	
BRADESCO/BNDES	CAPITAL DE GIRO	1,00%am	09.10.2013	85.484	217.048
CEF	CAPITAL DE GIRO	CDI + 0,20%am	15.10.2012	1.000.000	1.833.333
				3.251.223	3.533.402
Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens adquiridos, caução de duplicatas, aval e notas promissórias.					
4 - ESTOQUES					
			2.009	2.008	
MATERIAS PRIMAS			3.392.558	2.531.645	
MATERIAS SECUNDÁRIOS			1.240.161	1.992.464	
MATERIAS DE EMBALAGENS			72.183	250.602	
PRODUTOS EM ELABORAÇÃO			10.860.582	10.354.968	
PRODUTOS ACABADOS			7.435.087	9.873.001	
OUTROS ESTOQUES			682.612	385.425	
			23.583.083	25.388.105	
5 - INVESTIMENTOS					
			2.009	2.008	
AVALIADOS PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			2.248.648	1.986.576	
AVALIADOS PELO CUSTO CORRIGIDO			317.401	317.401	
			2.566.049	2.303.977	
O investimento avaliado pela Equivalência Patrimonial foi efetuado na sociedade RÁPIDO LONDON S/A com base nos balanços de 30.09.2008, sendo que em 30.09.2008, as ações da Rápido London S/A foram permutadas com ações da Socimol - Indústria de Colchões e Móveis Ltda e está assim demonstrado:					
			2.009	2.008	
CAPITAL SOCIAL			57.791.929	5.221.037	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			70.051.363	8.156.996	
RESULTADO DO PERÍODO			-	1.555.389	
PARTICIPAÇÕES:					
QUANTIDADE DE AÇÕES			1.855.121	71.546	
PERCENTAGEM			3,21%	26,7077%	
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			2.248.648	2.178.548	
INVESTIMENTO ANTES DA EQUIVALÊNCIA			1.986.576	1.587.986	
AJUSTE			262.072	590.560	
6 - IMOBILIZADO					
			2.009	2.008	
MÓVEIS			263.435	88.435	
OBRAS CIVIS			2.038.339	2.038.339	
INSTALAÇÕES			1.208.326	1.208.326	
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS			11.388.766	10.488.435	
MÁQUINAS E APARELHOS DE COMPUTAÇÃO			1.254.946	1.234.219	
VEÍCULOS			1.001.560	1.331.979	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			1.237.187	630.847	
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES			160.583	160.583	
SUB - TOTAL			18.543.142	17.161.163	
MENOS: DEPRECIAÇÃO ACUMULADA			13.432.551	13.138.547	
			5.110.591	4.042.616	
7 - DIFERIDO					
			2.009	2.008	
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO			-	2.661.357	
MENOS: AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			-	2.129.806	
			-	532.271	

GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS CNPJ / MF 06.526.131/0001-93 Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008 (Expressa em Reais)		GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS CNPJ / MF 06.526.131/0001-93 Faturamento Bruto de 2009 e 2008 (Expressa em Reais)		8 - RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL																														
2009	2008	2009	2008	2009	2008																													
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS	37.856.246	27.999.636	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	645.293	744.793																													
(+) Ganho na venda do Imobilizado	160.351	130.477	Janeiro	1.545.847	1.606.290																													
(-) Custo dos Produtos Vendidos - Insumos	(18.578.471)	(10.345.927)	Fevereiro	3.344.164	2.162.009																													
(-) Despesas Operacionais	(3.578.147)	(3.356.093)	Março	3.183.199	2.686.771																													
(-) Depreciações e Amortizações	(449.306)	(723.220)	Abril	4.100.338	2.140.613																													
			Maió	4.286.605	1.721.507																													
			Junho	3.490.573	2.621.952																													
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	15.410.673	13.704.873	Julho	3.318.683	1.717.842																													
(+) Lucro da Equivalência Patrimonial	262.072	590.560	Agosto	3.768.493	3.193.699																													
(+) Receitas Financeiras	254.889	498.353	Setembro	4.633.512	3.846.418																													
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	15.927.634	14.793.786	Outubro	5.143.119	4.903.195																													
			Novembro	3.403.272	3.297.691																													
			Dezembro	40.863.098	30.642.780																													
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15.927.634	14.793.786	TOTAL ANUAL																															
Empregados	7.126.582	8.447.526																																
Governo	1.435.214	3.430.602																																
Acionistas	80.000	84.000																																
Juros e aluguéis	1.578.251	1.476.022																																
Lucros retidos	5.707.587	1.355.636																																
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO O capital está representado em 2.009 por ações nominativas, sem valor nominal, sendo o capital autorizado no valor de R\$ 50.000.000 e o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 40.217.154 conforme abaixo demonstrado: <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">QUANTIDADE DE AÇÕES</th> </tr> <tr> <th colspan="2">2.009</th> </tr> <tr> <th>INTEGRALIZADAS</th> <th>AUTORIZADAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">PREFERENCIAIS</td> </tr> <tr> <td>CLASSE A</td> <td>2.530</td> <td>4.375</td> </tr> <tr> <td>CLASSE B</td> <td>914</td> <td>1.500</td> </tr> <tr> <td>CLASSE C</td> <td>31.405</td> <td>47.500</td> </tr> <tr> <td>CLASSE D</td> <td><u>153.986</u></td> <td><u>229.125</u></td> </tr> <tr> <td></td> <td>188.835</td> <td>282.500</td> </tr> <tr> <td>ORDINÁRIAS</td> <td><u>211.512</u></td> <td><u>217.500</u></td> </tr> <tr> <td></td> <td>400.347</td> <td>500.000</td> </tr> </tbody> </table>		QUANTIDADE DE AÇÕES		2.009		INTEGRALIZADAS	AUTORIZADAS	PREFERENCIAIS		CLASSE A	2.530	4.375	CLASSE B	914	1.500	CLASSE C	31.405	47.500	CLASSE D	<u>153.986</u>	<u>229.125</u>		188.835	282.500	ORDINÁRIAS	<u>211.512</u>	<u>217.500</u>		400.347	500.000
QUANTIDADE DE AÇÕES																																		
2.009																																		
INTEGRALIZADAS	AUTORIZADAS																																	
PREFERENCIAIS																																		
CLASSE A	2.530	4.375																																
CLASSE B	914	1.500																																
CLASSE C	31.405	47.500																																
CLASSE D	<u>153.986</u>	<u>229.125</u>																																
	188.835	282.500																																
ORDINÁRIAS	<u>211.512</u>	<u>217.500</u>																																
	400.347	500.000																																
10 - COBERTURA DE SEGUROS Em 31 de dezembro de 2.009 a companhia mantém a cobertura de seguros, junto a Companhia de seguros Aliança do Brasil, no valor de R\$ 12.000.000 para edificações, máquinas, equipamentos e estoques, com vigência de 16 de dezembro de 2.009 a 16 de dezembro de 2.010. Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS Teresina-Piauí 1- Examinamos o balanço patrimonial da GUADALAJARA S/A -INDÚSTRIA DE ROUPAS, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos Fluxos de Caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendem, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da entidade;(b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3- Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GUADALAJARA S/A - INDÚSTRIA DE ROUPAS, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4- As demonstrações contábeis relativas ao exercício findas em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo parecer foi emitido em 07 de maio de 2009, sem ressalvas. <p style="text-align: center;">Teresina - PI, 09 de abril de 2.010</p> <p style="text-align: center;">AUDIPER - Auditores Independentes S/S CRC/PI - 23</p> <table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;">Maria de Nasaré dos Santos Ribeiro Responsável Técnico Contador CRC /PI - 2.629</td> <td style="text-align: center;">Josimar Ribeiro Soares Sócio Contador CRC/PI - 2.087</td> </tr> </table>		Maria de Nasaré dos Santos Ribeiro Responsável Técnico Contador CRC /PI - 2.629	Josimar Ribeiro Soares Sócio Contador CRC/PI - 2.087																															
Maria de Nasaré dos Santos Ribeiro Responsável Técnico Contador CRC /PI - 2.629	Josimar Ribeiro Soares Sócio Contador CRC/PI - 2.087																																	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores Expressos em Reais)																																		
1- CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS A companhia foi constituída em 11 de abril de 1972, tendo como objetivo social a industrialização e a comercialização de confecções masculinas e femininas em geral.																																		
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e que já foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. <u>Alterações nas práticas contábeis brasileiras.</u> Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 38 novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Resoluções do CFC para aplicação mandatória a partir de 1º de janeiro de 2010. Abaixo os CPC's que poderiam ter efeito nas demonstrações financeiras: CPC Título 16 Estoques 20 Custos de empréstimos 22 Informação por segmento 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro 24 Evento subsequente 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 26 Apresentação das demonstrações contábeis 27 Ativo imobilizado 30 Receitas 32 Tributos sobre o lucro 36 Demonstrações consolidadas 38 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração 39 Instrumentos financeiros: apresentação 40 Instrumentos financeiros: evidênciação 43 Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40 <u>Ajustes a valor presente de ativos e passivos</u> A Lei nº 11.638, de 17 de dezembro de 2007, estabelece que todos os ativos e passivos de longo prazo sejam ajustados a valor presente, e quando relevantes, os de curto prazo. Devido à irrelevância dos ajustes a valor presente calculados na data base de 31 de dezembro de 2009, contas do ativo e contas do passivo julgou-se adequado manter os registros com base nos valores nominais e não ajustá-los a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem efeito relevante nas demonstrações contábeis, levando a Administração da empresa decidir por não contabilizá-los.																																		
3- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis emanam das disposições das Leis Federais nºs 6.404/1976 e 11.638/2007, a Medida Provisória nº 449/2.008, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovadas por resolução emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, associadas às normas da legislação tributária, tendo em vista que a sociedade faz parte da consolidação de balanço do Grupo Claudino.																																		
a) ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES Os ativos realizáveis e passivos exigíveis, que serão realizados no curso do exercício seguinte, estão demonstrados como circulante, incluídos os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices oficiais, incidentes, quando aplicável, sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. <u>Contas a receber de clientes</u> Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presentes por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações contábeis.																																		
b) APURAÇÃO DE RESULTADO O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos e encargos incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável.																																		
c) ESTOQUES Demonstrados ao custo médio das compras ou de produção.																																		
d) INVESTIMENTOS Demonstrado ao custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1.995. Os investimentos relevantes em coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.																																		
				CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO JOÃO CLAUDINO FERNADES: Presidente CLAUDIA MARIA DE MACEDO CLAUDINO: 1º Vice Presidente JOÃO CLAUDINO FERNADES JÚNIOR: 2º Vice Presidente DIRETORIA CLAUDIA MARIA DE MACEDO CLAUDINO: Diretora Presidente VIRGINIA DE MEDEIROS CLAUDINO MILANI: Diretora Jurídica CONTABILISTA JOSÉ ABÍLIO NETO CONTADOR - CRC-CE 79020-0-T-PI CPF: 091.161.093-68																														



Ministério de
Minas e Energia



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2009

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2009 foi marcado por importantes mudanças e conquistas em todas as Empresas de Distribuição da Eletrobrás. Diversas medidas foram implementadas, objetivando a total aderência ao que foi estabelecido no âmbito do Plano de Transformação da Eletrobrás, resultando na celebração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, no contexto de dar sustentação ao equilíbrio econômico-financeiro das empresas e atender as diretrizes estratégicas do Sistema Eletrobrás.

O CMDE estabeleceu um conjunto de diretrizes estratégicas, dentre as quais destacamos: assegurar resultado econômico-financeiro positivo e crescente; pagamento de dividendos aos acionistas; racionalidade dos gastos operacionais, na realização de custos de Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros - PMSO, no limite estabelecido na Empresa de Referência da ANEEL; aumentar o nível de adimplência de consumidores; assegurar índice e padrões de qualidade de serviços prestados aos consumidores, conforme estabelecido no contrato de concessão; assegurar nível de perdas de energia elétrica, dentro do limite regulatório estabelecido pela ANEEL; realizar investimentos em expansão, operação e manutenção das instalações elétricas, observando o compromisso de melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores; realizar investimentos no Programa Luz para Todos, para cumprir as metas de ligação de consumidores rurais, estabelecidas pelo Governo Federal; aprimorar metas de gestão, melhoria do clima organizacional e rentabilidade dos investimentos.

No exercício de 2009, seguindo os objetivos estratégicos e empresariais, definidos no novo modelo de gestão estabelecido para as Empresas de Distribuição da Eletrobrás, foi elaborado o Plano de Melhoria de Desempenho - PMD, com metas e ações. É importante salientar a implementação de novas práticas de governança corporativa com foco na competitividade empresarial, tais como:

- melhoria da estrutura de capital das empresas, acarretando significativa redução das despesas financeiras;
- implantação de nova estrutura organizacional, aderente à Empresa de Referência estabelecida pela ANEEL;
- gerenciamento centralizado de compra de materiais, com sensível redução de custo;
- gestão centralizada na revisão tarifária;
- parceria com o Banco Mundial, em projetos de infra-estrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica;
- avanço considerável no Programa Luz para Todos;
- gerenciamento centralizado das questões jurídicas;
- combate à inadimplência, com foco na diminuição do estoque dos débitos em atraso.

Estamos conscientes dos desafios de 2010, cujo ambiente econômico é promissor, porém com grandes obstáculos em nossa área de concessão, cujo fornecimento de energia elétrica tem crescido a taxas médias significativas. Nesse cenário, concentraremos os esforços na melhoria dos serviços prestados aos clientes, com disciplina financeira e técnico-operacional, de modo a honrar os compromissos com consumidores, acionistas, clientes e fornecedores.

Em agosto de 2009, foi realizada a segunda revisão tarifária da CEPISA, repercutindo no reposicionamento tarifário negativo em 4,40%. Esta revisão tarifária ocorre a cada quatro anos, para reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar ao consumidor os ganhos de produtividade das concessionárias.

No exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 67.027 mil, inferior em 45,7% ao apresentado em 2008.

A receita operacional líquida, no montante de R\$ 598.579 mil, aumentou 9,0%, quando comparada a registrada em 2008

Devido ao crescimento dos custos e despesas operacionais, o resultado operacional atingiu R\$ 15.203 mil, decrescendo em 27,7% em comparação com o apurado no exercício anterior.

Pelo mesmo motivo, a geração de caixa operacional (EBTIDA) alcançou R\$ 40.914 mil, menor em 6,1% à de 2008.

O mercado de energia elétrica cresceu 3,6% em relação ao ano anterior, substancialmente influenciado pelo desempenho do consumo das classes residencial, comercial e poder público. O número de clientes atendidos foi de 892.391, correspondendo ao acréscimo de 5,1%, em relação ao ano passado.

As perdas de energia elétrica continuam em declínio, apesar de ainda estarem em patamar elevado. No exercício de 2009, o índice de perda sofreu o decréscimo de 0,7%.

O desempenho das concessionárias quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica é aferido com base em indicadores específicos, denominados de DEC e FEC. O DEC (número de horas em que, em média, cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com 15,6% de redução em relação a 2008. O FEC (número de vezes em que, em média, cada cliente fica sem energia) também apresentou evolução, ao reduzir de 36,35 para 32,16 vezes, com retração de 11,5%.

O programa de investimento contemplou a execução de obras no valor de R\$ 144.154 mil, destacando-se os R\$ 77.559 mil aplicados no Programa Luz para Todos, realizando 14.616 ligações no ano de 2009, representando acréscimo de 46% em relação ao ano anterior e o melhor resultado alcançado desde a implantação do programa no Estado do Piauí.

A continuidade do Programa Luz para Todos, de modo a cumprir a meta de universalização em 2010, as perdas, a inadimplência e os indicadores de qualidade DEC e FEC continuam a ser os grandes desafios para a administração da Companhia.

Em 29/12/2009, foi celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, por meio do qual a Controladora se compromete a dar cumprimento às orientações estratégicas ali definidas para sua gestão, visando o atendimento de metas e resultados estabelecidos.

2. AMBIENTE ECONÔMICO DA ÁREA DE CONCESSÃO E PERFIL DA COMPANHIA

A CEPISA, sociedade de economia mista, tem como objetivo a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, no Estado do Piauí, com o controle acionário exercido pela Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS, desde outubro de 1997.

O Estado do Piauí, embora seja o terceiro maior da Região Nordeste em extensão geográfica, possui a terceira menor população da região, o que evidencia sua baixa densidade demográfica e consequentes dificuldades da CEPISA para atendimento à sua área de concessão.

Ainda que o crescimento econômico do Piauí tenha avançado nos últimos anos, o Estado mantém o menor PIB da Região Nordeste, com uma participação que não chega a 1% do PIB nacional. Diante desse complexo contexto socioeconômico, o Piauí apresenta-se como o Estado com o maior número de indivíduos abaixo da linha da pobreza, com 1,5 milhão de pessoas nesta situação, que correspondem a 59% da sua população, sendo que destes, 72% situam-se na zona rural, o que dificulta sobremaneira o acesso da população aos serviços básicos, bem como o controle, por parte da CEPISA, das redes de distribuição.

O sistema elétrico da CEPISA é constituído, atualmente, de 4.761 km de linhas de subtransmissão, nas tensões de 138 kV, 69 kV e 34,5 kV, 68 subestações, 172 alimentadores de distribuição, 45.690 km de redes de distribuição, em alta e baixa tensões, e 24.912 transformadores de distribuição.

A Companhia supre todos os 224 municípios do Estado, distribuídos numa área de concessão de 251,5 km² e 3.032 mil habitantes, atendendo mais de 892 mil consumidores, por meio de linhas e subestações.

3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E DIRECIONAMENTOS

Face ao ambiente cada vez mais competitivo que se configura o setor elétrico brasileiro, a ELETROBRÁS decidiu rever o seu modelo de gestão empresarial, de modo que as empresas se tornem mais competitivas e rentáveis, atuando de forma integrada e sustentável.

A proposta é o estabelecimento de estrutura empresarial integrada, competitiva e comprometida com a rentabilidade para o Sistema Eletrobrás; em conformidade com as diretrizes do acionista majoritário e com o contexto institucional em que se encontra; capaz de responder com eficiência às transformações do mercado e de desempenhar o papel estruturante que lhe cabe no contexto do desenvolvimento sustentável do país.

Na busca do equilíbrio econômico-financeiro das empresas de distribuição do Sistema Eletrobrás, foi implementado, no início de 2009, o Plano de Melhoria e Desempenho das Distribuidoras - PMD, o qual possui um conjunto de ações relacionadas à gestão de receitas e despesas.

A metodologia para monitoramento da implementação do plano está sendo aprimorada, por meio de indicadores que retratarão o atingimento das metas individuais estabelecidas para cada uma das ações definidas para execução.

Ainda dentro desse novo processo de gestão, em 29/12/2009, a CEPISA celebrou com a ELETROBRÁS o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, se comprometendo a dar cumprimento às orientações estratégicas ali definidas para sua gestão, visando o atendimento de metas e resultados estabelecidos.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO

Em 12/02/2001, a CEPISA firmou o Contrato de Concessão nº 04/2001, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para a distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí, com vigência até 7 de julho de 2015.

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a CEPISA está sujeita às exigências estabelecidas em seu contrato de concessão e às normas definidas pela ANEEL.

Para atender plenamente às obrigações legais e à demanda regulatória preconizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a CEPISA tem procurado elevar seu padrão de desempenho e implementar ações que resultem em melhorias dos processos e de atendimento.

A Companhia mantém uma Diretoria de Regulação, para estreitar o relacionamento com o órgão regulador, acompanhando de forma permanente os aspectos que podem interferir na continuidade do seu contrato de concessão.

Todas as mudanças na estrutura regulatória do setor energético brasileiro são acompanhadas, na busca de se evitar multas ou não conformidade, aspecto considerado estratégico para a valorização da Companhia no setor elétrico e, de forma específica, junto à sociedade e demais órgãos governamentais.

4.1 Reajuste Tarifário

Em agosto de 2009, a ANEEL procedeu a revisão tarifária periódica. Essa revisão tarifária acontece a cada quatro anos, para reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar ao consumidor os ganhos de produtividade das concessionárias, por meio do Fator X.

As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEPISA, por meio da Resolução Homologatória nº 871, de 28.08.2009, da ANEEL, foram reajustadas em menos 4,40%, sendo menos 10,33%, relativos ao reposicionamento tarifário, e 5,93% relativos aos componentes financeiros adicionais.

5. INVESTIMENTOS

5.1 Aplicação de Recursos

Em 2009, o programa de Investimento da CEPISA contemplou a execução de obras no montante de R\$ 144.154 mil. Desse total, R\$ 26.878 mil foram aplicados na transmissão, R\$ 31.892 mil na distribuição, R\$ 7.825 mil na infraestrutura de apoio e R\$ 77.559 mil no Programa Luz para Todos.

O aumento dos investimentos foi de 60,7 %, em relação ao ano anterior, observando-se a tendência de crescimento, para acompanhar à necessidade de atendimento aos consumidores. A seguir são apresentados os investimentos, mostrando o desempenho dos últimos cinco anos:

PROGRAMA DE INVESTIMENTO 2009	R\$ mil					2009/2008 %
	2005	2006	2007	2008	2009	
Subtransmissão	6.580	39.349	14.089	18.750	26.878	43,3
Distribuição	13.938	9.950	26.413	17.069	31.892	86,8
Infraestrutura de Apoio	312	374	722	3.145	7.825	148,8
Luz para Todos	25.062	69.535	29.271	50.740	77.559	52,9
Total	45.892	119.208	70.495	89.704	144.154	60,7

No período de 2005 a 2009, o investimento total foi de R\$ 469.453 mil, dos quais R\$ 252.167 mil foram destinados ao Programa Luz para Todos.

5.2 Expansão do Sistema Elétrico

O nível de investimento permanece acima da média histórica, mesmo excetuando-se os recursos aplicados no Programa Luz para Todos.

Expansão do Sistema de Alta tensão

Do programa de investimentos, no que tange à construção de linhas e subestações, a CEPISA priorizou a conclusão das obras iniciadas anteriormente, com previsão de conclusão em 2008, destacando-se as seguintes:

Linhas de Distribuição de Alta Tensão:

- **LD 69 kV São João do Piauí / Canto do Buriti** - construção de 89,5 km de linha, em cabo de 336,4 MCM-CAA. A obra esteve paralisada, em razão de seu abandono, pela primeira empresa contratada. Essa obra beneficia, principalmente, a região de Canto do Buriti, Itaueira, Pavussu, Rio Grande e Flores do Piauí;
- **LD 69 kV Picos / Mandacaru** - construção de 67 km de linha em cabo 477 MCA-CAA, que beneficia as regiões de Fronteiras, Marcolândia, São Julião, Alegrete e povoados vizinhos, atendidas pela subestação Mandacaru, e à fábrica de cimento Itapissuma. Essa obra atrasou o cronograma de execução, devido a embargos de proprietários, ao longo da faixa, mas já está em operação;
- **LD 69 kV Picos (Chesf) / Picos (Cepisa)** - linha com 10 km, em cabo de 336,4 MCM. Beneficiou os consumidores da região de Picos e municípios vizinhos. Obra em operação.
- **LD 69 kV Piri-piri / Campo do Maior** - construção de 83 km de linha, em cabo de 556,5 MCM-CAA. Essa obra beneficia os Municípios de Barras, Castelo, Campo Maior e outros vizinhos. Obra em operação;
- **LD 69 kV Eliseu Martins / Bertolínia** - Repotencialização de 70 km em cabo 559,5 MCM, ampliando em 150% a capacidade de transmissão. Essa obra, iniciada em 2006, teve seu contrato rescindido, com 50% executada, em razão de abandono pela primeira empresa contratada. Foi novamente licitada, porém a empresa vencedora assinou o contrato e não compareceu sequer para instalar o canteiro de obras. Foi então contratada a terceira empresa, a qual está executando a obra, com previsão de conclusão para julho de 2010. Essa obra beneficia as regiões sul e dos cerrados piauienses, representando alternativa de fornecimento, no caso de falta de energia nas fontes São João do PI ou Boa Esperança.

Subestações:

Construção de novas subestações:

- **Subestação Amarante 34,5/13,8 kV, 4,5 MVA** - concluída e energizada em fevereiro de 2009, devido à necessidade de adaptação da SE São Pedro e da LT 34,5 kV São Pedro / Amarante. Essa obra beneficia os Municípios de Amarante, Regeneração e São Francisco no Maranhão;
- **Subestação Cabeceiras 34,5/13,8 kV, 1,5 MVA** - Concluída e energizada em setembro 2009. Essa obra beneficia os Municípios de Boa hora e Cabeceiras, além de evitar sobrecarga no transformador da SE Barras;
- **Subestação Canto do Buriti 69/34,5 kV, 12,5 MVA** - concluída e energizada em abril de 2009. Essa obra beneficia, principalmente, a região de Canto do Buriti, Itaueira, Pavussu, Rio Grande e Flores do Piauí;
- **Subestação Santo Antônio de Lisboa 34,5/13,8 kV, 3,0 MVA** - Concluída e energizada em novembro 2009. Essa obra beneficia vários municípios produtores de caju da região.

Reforma e Ampliação:

- **Subestação Jóquei** - ampliação da subestação que atende à capital do Estado, com substituição de dois transformadores de 15/20 MVA por dois de 20/25 MVA, 69/13,8 kV, totalizando uma capacidade instalada de 76 MVA. Obra emergencial, concluída em agosto de 2009;
- **Subestação Campo Maior** - ampliação da subestação, com a substituição de dois transformadores de 5/6,25 MVA, por dois de 10/12,5 MVA 69-34,5 kV, totalizando 76 MVA de capacidade instalada. A obra concluída em março de 2009;
- **Subestação Junco** - ampliação da subestação, com a substituição de um transformador de 6,5MVA por um de 10/12,5 MVA, 69-34,5 kV. Obra realizada em agosto de 2009;
- **Subestação Mandacaru** - reforma, com instalação de quatro disjuntores de 69 kV e dois de 13,8 kV. Obra em andamento, com previsão de conclusão para junho de 2010;
- **Subestação Nazária** - ampliação da subestação, com a substituição de um transformador de 6,5MVA por um de 10/12,5 MVA, 69-34,5 kV. Obra realizada em setembro de 2009;
- **Subestação Satélite** - ampliação da subestação que atende à capital do Estado, com substituição de um transformador de 15/20 MVA por um de 20/25 MVA 69-13,8 kV, totalizando a capacidade instalada de 50 MVA. Obra emergencial, concluída em setembro de 2009;
- **Subestação São Pedro** - ampliação da subestação, com a substituição de um transformador de 12,5MVA por um de 15/20 MVA, 69-13,8 kV. Obra realizada em novembro de 2009.

O Quadro I a seguir sintetiza os ativos em serviço, acima de 34,5 kV, considerando as ampliações de redes e subestações.

quadro I

DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
Linhas de Alta tensão (km)	4.390	4.390	4.409	4.521	4.761
138 kV	141	141	141	141	141
69 kV	1.878	1.878	1.962	2.034	2.274
34,5 kV	2.371	2.371	2.306	2.346	2.346
Subestação					
quantidade	65	66	65	67	68
138/69 kV	1	1	1	1	1
69/34,5/13,8 kV	38	39	38	40	40
34,5/13,8	26	26	26	26	27
Potência Instalada (MVA)	723	788	827	887	932
138/69 kV	120	120	120	120	120
69/34,5/13,8 kV	544	609	640	682	728
34,5/13,8 kV	59	59	66	85	84

Na Distribuição

As obras de ampliação de rede, para regularização de ligações clandestinas, iniciadas em 2008, foram concluídas no primeiro trimestre de 2009. A segunda etapa sofreu atraso no cronograma de contratação, com desistências de algumas empresas contratadas. Porém está em execução o investimento de R\$ 7,84 milhões, para atendimento de 13.018 consumidores de 16 municípios do Estado. O total de ligações regularizadas em 2009 foi de 3.274.

Com as expansões executadas, a CEPISA passa a ter o seguinte conjunto de ativos de distribuição, conforme Quadro II a seguir:

quadro II

DESCRIÇÃO	2.005	2006	2007	2008	2009
Rede de Distribuição Urbana					
Extensão AT e BT (km)	12.251	12.371	12.493	12.546	12.610
Rede Multiplexada - BT (km)	10,7	10,7	10,7	10,7	10,7
Quantidade de Poste	267.113	268.198	270.615	271.669	272.893
Rede de Distribuição Rural					
Extensão AT e BT (km)	19.320	24.457	26.715	29.893	33.080
Quantidade de Poste	114.797	158.037	177.801	177.826	235.536
Transformadores					
Quantidade	9.720	13.461	18.727	23.007	24.912
Potencia Instalada(MVA)	520	549	576	594	637

5.3 Programa Luz para Todos

A CEPISA realizou 14.616 ligações no ano de 2009, representando acréscimo de 46 % em relação ao ano anterior e o melhor resultado alcançado desde a implantação do programa no Estado do Piauí, conforme se observa no gráfico a seguir:



Em 2009, foram construídos 2.166 km de rede de média tensão, 1.021 km de rede de baixa tensão, implantados 30.137 postes e 2.553 transformadores, e realizados investimentos de R\$ 77.559 mil. A título de contrapartida, o Estado do Piauí executou 3.956 ligações neste ano.

No quadro abaixo, estão indicados os números realizados desde o início do programa e a previsão de realização em 2010.

DESCRIÇÃO	REALIZADO ATÉ 2008	REALIZADO ATÉ 2009	2009/2008-%
Domicílios atendidos	30.948	45.564	47,2
Km de Rede de Média Tensão	7.167	9.139	27,5
Km de Rede de Baixa Tensão	3.164	4.185	32,3
Postes	96.974	127.111	31,1
Km de Recondutoramento de Alimentadores	506	603	19,2
Km de Novos Alimentadores	41	41	0,0
Transformadores de Distribuição	7.390	9.943	34,5
Subestações 34,5/13,8 KV (novas)	-	-	-
Subestações 34,5/13,8 KV (ampliações)	6	6	0,0
Subestações 34,5/13,8 KV (reforma)	17	17	0,0
Banco Reguladores de Tensão	12	13	8,3
Religadores	-	-	-
Banco de Capacitores Fixos	12	12	0,0
Investimentos(R\$mil)	R\$ 174.607	R\$ 252.166	44,4

No acumulado, no período 2004-2009, o Estado do Piauí realizou obras para atendimento a 17.031 domicílios.

No ano de 2010, se prevê a ligação de 87.005 domicílios, para a universalização do uso de energia elétrica no meio rural piauiense, sendo que todas essas ligações já se encontram contratadas.

Após recente ampliação da estrutura de gestão e fiscalização, a CEPISA dispõe de 293 profissionais exclusivamente dedicados ao programa, além de instalações físicas equipadas,



veículos, equipamentos e *softwares* de informática e ferramentas, distribuídos em cinco regiões do Estado do Piauí e devidamente dimensionados para atender à demanda de serviços projetada para o ano de 2010.

Para execução desse grande volume de obras no prazo previsto, deverão ser mobilizadas 386 equipes de construção de redes, pelas empresa contratadas.

Objetivando suprir a carência de mão-de-obra qualificada no mercado, foi firmada parceria entre a CEPISA, Governo do Estado (SASC), SENAI e empreiteiras, em que, no primeiro trimestre de 2010, serão capacitados e contratados pelas empresas 750 profissionais, para montagem de redes de distribuição de energia elétrica.

5.4 Operação e Manutenção do Sistema Elétrico

As áreas de operação e manutenção do sistema elétrico visam melhorar os níveis de tensão e de continuidade, ampliando a oferta de energia e garantindo qualidade.

Com os recursos técnicos, operacionais e financeiros que dispõe, a CEPISA investiu na correção do fator de potência do sistema elétrico, com a instalação e ampliação de bancos de capacitores, tanto em redes de distribuição como em subestações. Adotou, ainda, a instalação de reguladores de tensão, objetivando melhorar os níveis de tensão nas localidades onde havia necessidade comprovada. O resultado já pode ser observado em diversas localidades.

O aumento nas potências de diversas subestações melhorou o nível de carregamento do sistema, com a substituição de transformadores que reduziram as situações operacionais críticas, além de possibilitarem a redução de perdas técnicas.

Com a entrada em operação da LT 69 kV Piripiri / Campo Maior, a partir de agosto de 2009, houve sensível melhoria na regulação da tensão em toda a região alimentada pela subestação de Campo Maior e Altos, aliviando o carregamento da LT 69 kV Teresina / Altos. Essa ação repercutiu em melhoramento no nível de tensão em vinte e dois municípios.

A energização dessa LT e a ampliação da subestação de Campo Maior possibilitou energizar a subestação de 1,5 MVA, 34,5/13,8kV de Cabeceiras, alimentada pelo circuito de 34,5 kV Campo Maior / Barras e solucionar problemas de tensão em Cabeceiras e Boa Hora.

Em 15 de fevereiro, foi energizada a subestação 4,5 MVA, 69 / 34,5 kV de Amarante, oportunidade em que foi registrar a melhoria nos níveis de tensão em seis municípios, solucionando problemas de demanda reprimida, atenuando o carregamento do transformador de 12,5 MVA, 69 / 13,8 kV, da subestação de São Pedro do Piauí. Também verificou-se redução de perdas técnicas nessa região.

Os níveis de tensão foram regularizados em outros nove municípios do sul do Estado, verificando-se, ainda, a redução de perdas técnicas, a partir da conclusão e energização da LT 69 kV São João do Piauí / Canto do Buriti e ampliação da subestação de Canto do Buriti, com entrada de linha em 69 kV e instalação de transformação 69 / 34,5 kV, ocorrido em 19 de abril.

Ainda na área de alta tensão, registrou-se como pontos relevantes a energização dos dois circuitos de 69 kV, LT Picos / Mandacaru e Picos (Chesf) / Picos (Cepisa), propiciando maior disponibilidade de recurso operacional quando em situação de contingência.

Na área de distribuição, foram recuperados 440 transformadores de distribuição, por meio da equipe própria da CEPISA. Ocorreu sinistro em 1.667 transformadores, sendo o déficit compensado com a instalação de novos equipamentos.

As condições operativas do sistema elétrico da CEPISA melhoram em todo o Estado, com a contratação de serviços de manutenção de redes de distribuição. Foi de grande relevância a contratação do serviço de limpeza de faixa e desmatação.

Foram instalados equipamentos de disjunção em Teresina, nos pontos de fronteira entre as zonas urbana e rural. Essa ação melhorou o índice de continuidade operacional, trazendo reflexos positivos no DEC e FEC na capital do Estado.

Os processos de suprimento continuam sendo obstáculo a serem superados, apesar da aquisição por preço eletrônico e registro de preços.

5.5 Pesquisa & Desenvolvimento

A CEPISA, em 2009, deu continuidade a dois projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, remanescentes do ciclo 2004/2005. Um projeto trata de desenvolvimento de sistema fotovoltaico de baixo custo, para atendimento a pequenas cargas isoladas em 12/24 V DC, com investimento neste ano de R\$ 167 mil, perfazendo o total aplicado de R\$ 317 mil. Esse projeto está previsto para ser concluído em fevereiro de 2010.

O outro projeto visa o desenvolvimento do sistema de monitoramento, corte e religação à distância de unidades consumidoras localizadas em condomínios, com investimento, em 2009, de R\$ 71 mil, totalizando R\$ 220 mil. Esse projeto deverá ser encerrado em abril de 2010.

Com relação ao ciclo 2005/2006, a CEPISA contratou os seguintes projetos de P&D:

- "Metodologia para Gestão da Inadimplência em Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica" - LSITEC - desembolso já realizado de R\$ 45 mil;
- "Sistema Inteligente de Análise de Danos Elétricos em Eletrodomésticos" - LACTEC - desembolso, em 2009, de R\$ 81 mil.

Ainda referente a este ciclo, a CEPISA preparou o processo de contratação da FUNDETEC/UFPI para desenvolver o projeto "Utilização de Óleos Vegetais em Transformadores Elétricos de Distribuição", que prevê recursos na ordem de R\$ 211 mil e início de execução em fevereiro de 2010. Este atraso deveu-se a mudança na fundação executora do projeto de P&D.

A CEPISA fez as adequações e recomendações sugeridas pela ANEEL de dois projetos, pertencentes ao ciclo 2006/2007, os quais serão novamente submetidos aquele órgão regulador:

- Metodologia "bottom-up" de custos operacionais, para a concessionária de distribuição CEPISA - SIGLASUL;
- Poste autônomo - micro gerador eólico, para rede de iluminação pública no litoral do Piauí - UFC/IFET-PI

Atendendo a Resolução Normativa da ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008, foi elaborado o Projeto de Gestão de P&D, prevendo a aplicação de R\$ 55 mil.

5.6 Eficiência Energética

A CEPISA deu continuidade ao projeto do ciclo 2005/2006, intitulado "Eficiência Energética em Instalações Residenciais de Baixo Poder Aquisitivo", lançado publicamente em dezembro de 2008, no Parque Brasil, em Teresina. Foi desembolsado o montante de R\$ 244 mil, representando 11% do contrato original, com 587 intervenções (16,8 %), referentes à melhorias das instalações elétricas e de iluminação interna, nas 3.500 Unidades Consumidoras.

Além de adequar o padrão das instalações internas nas residências, garantindo mais segurança, a CEPISA substituiu as lâmpadas incandescentes e realizou a troca das borrachas das geladeiras, responsáveis pela maior parcela de consumo doméstico. O resultado obtido foi à economia de energia de 14.906 kWh/mês e retirados da ponta 99,5 kW.

Esse trabalho foi encerrado em Teresina, beneficiando as comunidades do Parque Brasil, Parque Universitário, Vila Saturno, Piçarra e Porto do Centro.

Foi iniciado grande projeto de eficiência energética em consumidores de baixo poder aquisitivo, denominado Agente CEPISA, dentro da nova metodologia da ANEEL e de forma integrada com as demais Empresas de Distribuição da ELETROBRÁS - EDE, incluindo troca de geladeiras antigas por modernas e mais eficientes.

Esse projeto contempla dois subprojetos. O primeiro denominado Agente CEPISA, projeto de Eficiência Energética da tipologia de baixo poder aquisitivo, atingirá Teresina, Parnaíba e Luís Correia, onde serão realizadas as seguintes ações, em quinze meses, com o valor previsto de R\$ 763 mil:

- 45.000 visitas em Teresina, Parnaíba e Luís Correia;
- substituição de 60.000 lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas;
- substituição de 2.500 geladeiras, através de sorteio;
- reforma de 500 unidades consumidoras clandestinas;
- manufatura reversa de todos os equipamentos e materiais;

No segundo projeto, inserido dentro deste contexto, foi realizado no dia 22 de dezembro de 2009, o sorteio de 2.500 unidades consumidoras que serão beneficiadas com geladeiras eficientes. O evento é denominado Caravana Agente CEPISA, onde será realizada a substituição e manufatura reversa destes equipamentos em 221 municípios do interior do Estado do Piauí.

5.7 Desafios Empresariais

Os principais desafios da CEPISA para o exercício de 2010 são o cumprimento do Contrato de Desempenho Empresarial - CMDE, firmado com a ELETROBRÁS, estabelecendo Novas Regras de Governança Corporativa das Controladas do Sistema ELETROBRÁS, e a conclusão do Programa Luz para Todos, executando um programa de investimento sem precedentes (R\$ 918.951 mil), sem perder de vista a necessidade de reduzir as perdas de energia e combater à inadimplência, condições fundamentais para seu equilíbrio econômico e financeiro.

A Companhia precisa, ainda, garantir sua capacidade de investimento na manutenção do sistema elétrico, permitindo-lhe prestar serviços com competência e qualidade, cumprindo a sua missão e exercendo a sua função social, melhorando, dessa forma, a sua imagem perante a sociedade.

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

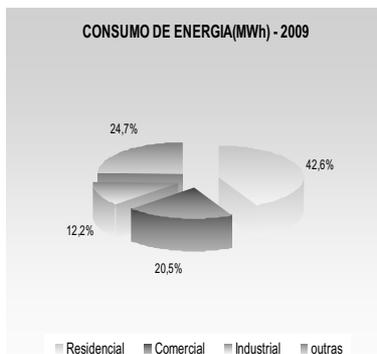
6.1 Evolução do Mercado

No ano de 2009, o consumo de energia elétrica verificado foi de 1.896.627 MWh, representando o crescimento de 3,6% em relação ao ano anterior. Esse resultado foi substancialmente influenciado pelo desempenho do mercado residencial, comercial e poder público, com crescimentos de 6,3 %, 5,1 % e 3,7 %, respectivamente. O crescimento do mercado residencial foi resultado, principalmente, da incorporação de novos clientes, associada a elevação da temperatura no último quadrimestre.

Evolução das vendas, por classe, em MWh.

CLASSE	2005	2006	2007	2008	2009	2009/2008 (%)
Residencial	662.654	665.084	710.125	759.959	807.695	6,3
Comercial	311.852	332.004	350.847	369.849	388.716	5,1
Industrial	187.577	197.162	207.291	235.932	231.367	-1,9
Rural	80.773	73.652	83.277	81.719	79.862	-2,3
Poder Público	119.534	133.428	135.404	145.906	151.355	3,7
Iluminação Pública	112.029	112.638	115.313	118.579	121.840	2,8
Serviço Público	105.298	110.811	112.308	115.410	112.680	-2,4
Próprio	3.445	3.295	3.288	3.126	3.112	-0,4
Total	1.583.162	1.628.074	1.717.853	1.830.480	1.896.627	3,6

A composição do mercado consumidor da CEPISA reflete a necessidade de incentivo à indústria em diversos segmentos, bem como a ampliação e instalação de novos empreendimentos através de incentivos fiscais.



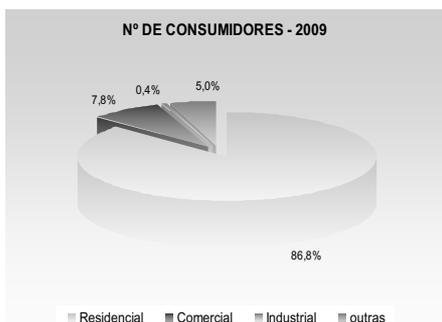
O consumo médio mensal, por consumidor residencial, foi de 89,2 kWh, demonstrando evolução de 1,2%, quando comparado com o verificado no ano anterior (88,2 kWh).

6.2 Número de Consumidores

Em dezembro de 2009, foram atendidos 892.391 clientes, correspondendo ao acréscimo de 5,1%, em relação ao ano passado. Foram efetuadas 43.628 novas ligações, uma média mensal de 3.636 ligações.

Evolução do número de clientes:

CLASSE	2005	2006	2007	2008	2009	2009/2008(%)
Residencial	630.361	667.534	701.693	734.576	774.486	5,4
Comercial	57.450	61.398	65.278	67.136	69.510	3,5
Industrial	3.957	4.150	4.074	4.042	3.945	-2,4
Rural	23.011	24.105	25.658	26.590	27.379	3,0
Poder Público	11.095	11.702	12.394	13.077	13.671	4,5
Iluminação Pública	796	1.042	797	803	800	-0,4
Serviço Público	2.031	2.166	2.240	2.388	2.463	3,1
Próprio	139	130	132	151	137	-9,3
Total	728.840	772.227	812.266	848.763	892.391	5,1



A energia contratada em 2009, para atender ao mercado consumidor da CEPISA, foi de 3.368.230 MWh, sendo 3.321.396, por meio dos Contratos de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e 46.834 MWh, através do PROINFA, superior em 7,2% ao montante de 2008 (3.141.695 MWh).

O custo médio da energia comprada foi de R\$ 79,3/MWh, superior em 7,8% ante 2008 (R\$ 73,6/MWh).

A energia comercializada no mercado de curto prazo foi de 282.236 MWh.

6.3 Perdas

Considerada como prioridade pela Companhia, a redução do índice de perdas vem sendo buscada de forma contundente e tem se intensificado nos últimos três anos.

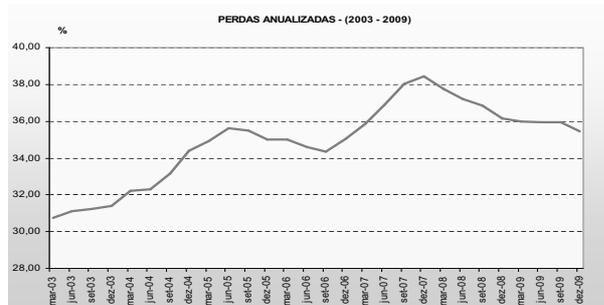
Uma das formas de se demonstrar isso é analisando o comportamento do gráfico de acompanhamento das perdas de energia de 2007 a 2009.

No ano de 2007, o indicador apresentava 38,5%, com a perda total de 1.150.032 MWh. Em 2008, o índice passou a ser de 36,1%, com perda de 1.100.614 MWh. Ao final de 2009, o índice caiu para 35,5% e a perda de energia totalizou 1.104.494 MWh.

O índice sofreu queda de 0,7%, apesar da perda de energia, em MWh, ter se mantido praticamente estável em 2009, em função da compra de mais energia, para suprir a demanda do mercado.

Dessa forma, foi possível evitar que as perdas crescessem na mesma proporção que a expansão do consumo.

Sendo assim, como resultado do esforço que tem sido realizado nos últimos três anos, houve redução de 3% no índice de perdas, além de ter sido mantida uma trajetória descendente, como mostra o gráfico das perdas anualizadas.



A partir da celebração de novos contratos de inspeção/regularização, ocorrida em agosto de 2009, foi possível aumentar ainda mais o número de equipes em todo o Estado. A partir de agosto de 2009, o número de equipes passou a ser de 38 (17 em 2008).

A entrada das novas equipes de inspeção possibilitou crescimento significativo no número de eventos e regularizações. Foram realizadas 42.516 inspeções e vistorias em unidades consumidoras, com a abertura de 4.172 processos, o que resultou num potencial de recuperação de receita da ordem de R\$ 3.957 mil (R\$ 3.053 mil em 2008).

Com a nova estrutura organizacional, para gerir os novos contratos de inspeção e fiscalização, foi possível melhorar a qualidade das inspeções realizadas e, conseqüentemente, obter maior recuperação da receita.

Grande esforço está sendo feito para coibir a fraude/desvio e regularizar as unidades consumidoras, para que as perdas de energia no sistema CEPISA sejam cada vez menores.

PERDAS GLOBAIS (MWh)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009/2008 (%)
Mercado Próprio (MWh)	2.317.500	2.491.813	2.564.174	2.867.876	2.931.094	3.001.121	2,39
Energia Requerida (MWh)	2.399.165	2.595.575	2.671.622	2.990.151	3.044.783	3.114.425	2,29
Perdas (MWh)	825.032	908.651	936.100	1.150.023	1.100.614	1.104.494	0,35
% Perdas	34,4	35,0	35,0	38,5	36,1	35,5	-0,68

O programa de instalação de medidores, outra grande ação da Companhia, ganhou ainda mais força em 2009, mediante contrato de financiamento com a ELETROBRÁS, tornando possível encerrar o ano com a instalação de 127.298 medidores, incluindo o crescimento vegetativo que se deu no período.

Ao final de 2008, a CEPISA tinha 92.974 unidades consumidoras sem medição. A partir dos investimentos realizados em 2009, foi possível reduzir esse número para cerca de 21.362, representando queda de 77,0%, e manter estoque de equipamentos suficiente para novas ligações e equipes de inspeção.

PERDAS ANUALIZADAS (2003 - 2009)												
ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2003	31,70	31,01	30,74	30,84	31,10	31,13	30,94	31,01	31,25	31,28	31,12	31,40
2004	31,19	31,70	32,22	31,99	32,18	32,28	32,52	33,02	33,16	33,43	33,97	34,39
2005	34,88	34,91	34,93	35,47	35,42	35,61	35,45	35,40	35,49	35,41	35,38	35,01
2006	35,15	34,93	34,99	34,46	34,69	34,61	34,48	34,42	34,35	34,63	34,70	35,04
2007	35,64	35,49	35,88	36,30	36,62	36,89	37,54	37,78	38,05	38,40	38,54	38,46
2008	37,89	38,36	37,75	37,67	37,38	37,20	37,01	36,86	36,83	36,50	36,31	36,15
2009	36,08	36,05	35,99	35,80	35,69	35,85	35,80	35,76	35,93	35,60	35,52	35,46

Outro avanço importante foi conquistado no processo de totalização da energia adquirida pela Companhia, para abastecer o mercado consumidor.

Até 2008, a CEPISA possuía o Sistema de Medição para Faturamento dos pontos de fronteira (SMF) em desacordo com o determinado na legislação. Com a aquisição de materiais e equipamentos e a contratação e capacitação de empregados, ocorridas em 2009, foi possível realizar a conclusão da primeira etapa do projeto de implantação do SMF, em 15 pontos de fronteira localizados nas cidades de Teresina, Picos, São João do Piauí e Piripiri. Essa ação representou um marco para a história da CEPISA, haja vista as penalidades que haviam sido impostas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, devido à inadequação do SMF da Companhia.

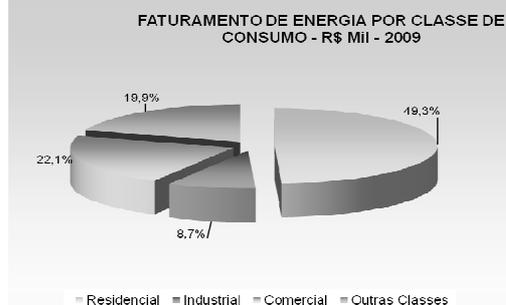
Em termos de regularização de unidades consumidoras clandestinas, a CEPISA regularizou 8.090 unidades em 2009, com recuperação de receita da ordem de R\$ 1.172 mil, contra 2.811 unidades e recuperação de R\$ 838 mil em 2008.

Por intermédio da busca contínua pela melhoria da qualidade de seus serviços, a CEPISA tem conseguido reduzir, ano após ano, as perdas de energia elétrica em seus sistemas, melhorando sua receita operacional e sua capacidade de prestar um serviço de maior qualidade para sociedade piauiense, alavancando o desenvolvimento social e econômico do Estado.

6.4 Fornecimento de Energia

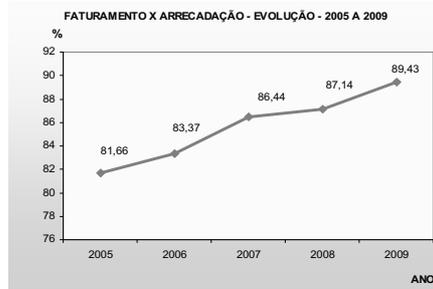
O fornecimento de energia faturado totalizou R\$ 829.681 mil, embora o reajuste tarifário tenha sido de menos 4,40%, em média, representando o acréscimo de 7,5% acima do registrado no ano anterior.

Fornecimento de Energia por Classe (R\$ Mil)	2005	2006	2007	2008	2009	2009/2008 %
Residencial	238.803	250.410	325.727	367.895	408.718	11,1
Industrial	41.534	65.906	59.974	70.209	72.465	3,2
Comercial	112.526	145.918	152.935	173.858	183.542	5,6
Rural	19.435	22.487	23.875	25.088	26.258	4,7
Poder Público	39.005	66.653	53.989	63.190	66.258	4,9
Iluminação Pública	23.362	21.214	29.674	32.239	34.594	7,3
Serviço Público	28.070	25.951	35.791	39.556	37.846	-4,3
Total	502.735	598.539	681.965	772.035	829.681	7,5



6.5 Arrecadação

A CEPISA alcançou a arrecadação de R\$ 728.322 mil, representando o índice de 89,4%, crescendo 2,5% quando comparado ao ano anterior.



A inadimplência dos consumidores alcançou, em 31/12/2009, o valor de R\$ 326.999 mil, com acréscimo de 9,6% do registrado no ano anterior.

Para melhorar a inadimplência, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- intensificada a suspensão do fornecimento de energia elétrica das unidades consumidoras inadimplentes;
- parcelamento de débito com prefeituras;
- gestão de cobrança aos grandes consumidores;



- comunicação aos consumidores, por intermédio da mídia, solicitando a quitação de faturas de energia em atraso, a fim de não terem a suspensão do fornecimento de energia elétrica. Ato contínuo iniciou-se uma operação "arrastão", intitulada "Blitz Elétrica";

- em agosto, foi contratada empresa de cobrança administrativa;

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

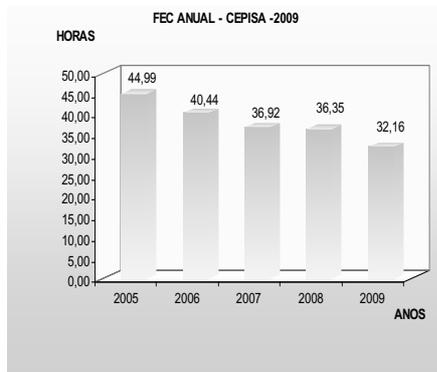
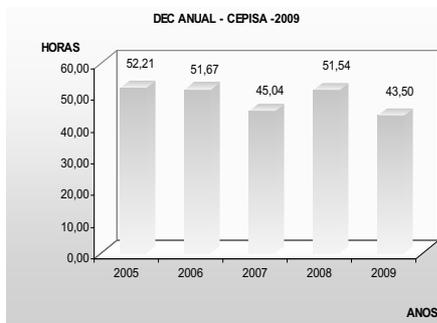
7.1 Qualidade do Fornecimento

O desempenho das concessionárias quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica é aferido pela ANEEL com base em indicadores específicos, denominados de DEC e FEC.

O DEC (número de horas em que, em média, cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com 15,6 % de redução em relação a 2008, ao reduzir de 51,54 para 43,50 horas.

O FEC (número de vezes em que, em média, cada cliente fica sem energia) também apresentou evolução, ao reduzir de 36,35 para 32,16 vezes, com retração de 11,5 %.

Essa melhora corresponde em média, a 8,04 horas e 4,19 desligamentos a menos em cada unidade consumidora da CEPISA em 2009.

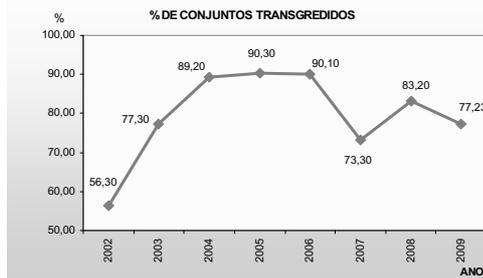


A redução na capital do Estado foi mais acentuada, em razão dos investimentos na melhoria da qualidade do fornecimento. Foram adotadas ao longo do ano, diversas ações: reconstrução de alimentadores, instalação de transformador de força, regularização de ligações ilegais, instalações de chaves e religadores e acréscimo nas equipes de desmatamento, limpeza de faixa e poda.

Índices de redução dos indicadores de continuidade DEC e FEC interior/capital:

Indicadores	2008	2009	Redução em %
DEC interior	61,67	52,79	14,40%
DEC capital	25,92	19,28	25,60%
FEC interior	43	39,25	8,70%
FEC capital	19,52	13,7	29,80%

Apesar da melhoria nos índices globais da CEPISA, quando analisado os conjuntos individualmente, no total de 101, verifica-se que a maioria dos conjuntos violou as metas anuais estabelecidas pela ANEEL, indicando que a estrutura para recomposição do sistema, quando de defeitos permanentes, ainda necessita de aprimoramentos, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo:



7.2 Comunicação e Relacionamento com o Consumidor

A CEPISA deu continuidade ao programa, iniciado em 2008, de melhoria de relacionamento com o consumidor, procedendo, naquela ocasião, a substituição de todos os atendentes comerciais, anteriormente terceirizados, por empregados concursados, na Regional Metropolitana, sediada em Teresina, e adotando novo padrão de conforto nas agências de atendimento, a partir da instalação da Unidade no Shopping Riverside, localizada na área nobre da capital do Estado do Piauí.

Em 2009, a CEPISA inaugurou na região central de Teresina a Agência de Atendimento do Shopping da Cidade, empreendimento da Prefeitura Municipal, e, na zona leste de Teresina, foi reaberta, com a conclusão da reforma do Espaço da Cidadania pelo Governo do Estado, mais uma agência totalmente reformada, seguindo o mesmo padrão de conforto e agilidade da agência localizada no Shopping Riverside.

A CEPISA, atualmente, possui 68 agências de atendimento em todo o Estado, sendo 62 no interior e 6 em Teresina – na Av. Maranhão, bairros Dirceu e Parque Piauí, Shopping Riverside, Shopping da Cidade e Espaço da Cidadania. O atendimento comercial da CEPISA ganhou qualidade, com a ampliação dos serviços executados através do Call Center. Esse atendimento recebe solicitações de serviços comerciais, entre eles, pedidos de instalação, troca e vistoria de medidores, e faz a entrega da segunda via da conta de energia por e-mail. São recebidas ligações de telefones fixos, públicos e celulares, atendendo todo o Estado do Piauí, com 20 atendentes, pelo telefone 0800 086 0800, utilizando os recursos da internet, com e-mail exclusivo, callcenter@cepisa.com.br.

O site da CEPISA, www.cepisa.com.br, registra mais de um milhão de acessos. É o veículo de comunicação e informação com o consumidor. Por meio dele, o consumidor tem acesso à consulta de débito, emissão de segunda via de fatura, desligamentos programados, promovidos pela área comercial, e relação de postos de atendimento. É ainda uma fonte de informações sobre o setor elétrico, visto os diversos links disponibilizados na página.

A CEPISA buscou, em 2009, estreitar o relacionamento com o consumidor, aproximando-se da comunidade, através de ações na área de eficiência energética e responsabilidade social. Na eficiência energética deu continuidade ao projeto referente à melhoria de instalações elétricas e de iluminação interna de unidades consumidoras. Lançou, ainda, o projeto Agente CEPISA, incluindo troca de geladeiras antigas por modernas e mais eficientes, substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas e reforma de unidades consumidoras clandestinas. Na área de responsabilidade social empreendeu ação educativa, ensinando sobre o uso racional de energia elétrica, o risco elétrico, plantio e poda de árvores próximas à rede elétrica e se fez presente na doação de gêneros alimentícios e materiais de higiene, em socorro às vítimas das enchentes.

7.3 Ouvidoria

Durante o exercício de 2009, foram recepcionadas e processadas 96 reclamações de clientes efetuadas junto à ANEEL, contra 109 em 2008, versando sobre diferentes assuntos, tais como: interrupção no fornecimento / falta de energia; flutuação /variação /oscilação de tensão; qualidade do atendimento; consumo faturado; pedido de extensão de rede; ocorrência / cobrança de irregularidade; Programa Luz para Todos; substituição de equipamentos; pedido de indenização por danos elétricos; vistoria / aferição de medidor etc. Além dessas formuladas junto à ANEEL, outras 786 reclamações e demandas diversas foram dirigidas à Ouvidoria, ante 830 no exercício de 2008, todas devidamente processadas e respondidas por e-mail, carta, fax, sistema SOU ou contato direto com o reclamante / solicitante.

7.4 Conselho de Consumidores

O Conselho de Consumidores da CEPISA, instituído por exigência da Lei n.º 8631, de 04/03/1993, com sua formação, funcionamento e operacionalização regulados pela Resolução ANEEL n.º 138, de 10/05/2000, tem caráter consultivo, com atribuições voltadas para orientação, análise e avaliação das questões relacionadas ao fornecimento de energia, tarifas e qualidade dos serviços prestados ao consumidor final. A sede do Conselho, dotada da infraestrutura de apoio necessária ao seu adequado funcionamento, está localizada no complexo administrativo da CEPISA.

De acordo com seu regimento, o Conselho reúne-se ordinariamente pelo menos uma vez por mês.

No exercício de 2009, o Conselho participou de Audiências Públicas realizadas pela ANEEL, inclusive à referida Revisão Tarifária da CEPISA (segundo ciclo), do Fórum Nordeste e do Fórum Nacional de Conselhos de Consumidores das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, quando discutiram assuntos relacionados ao setor elétrico, de interesse dos consumidores e a atuação dos conselhos.

O Conselho é constituído por sete membros titulares com seus respectivos suplentes, indicados por entidades representativas das diversas classes de consumo. Abaixo relaciona-se a composição atual do Conselho de Consumidores da CEPISA (Membros Titulares):

- Agostinho Martins de Araújo Campos - Presidente, representante da classe Rural, indicado pela Federação da Agricultura do Estado do Piauí - FAEPI;
- Gilberto Diego Veríssimo Pedrosa - Vice-Presidente, representante da classe Industrial, indicado pela Associação Industrial do Estado do Piauí - API;
- Raimunda Nonata Cavalcante da Silva - Membro, representante da classe Residencial, indicado pela Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí - FAMCC;
- Luiz Antônio Teixeira Veloso - Membro, representante da classe Comercial, indicado pela Associação Comercial Piauiense - ACP;
- Sérgio Rodrigues Martins Gallas - Membro, representante da classe Poder Público, indicado pela Associação Piauiense dos Municípios - APPM;
- Afonso Cezar Barbosa Ferreira - Membro, representante da classe Serviço Público, indicado pela Águas e Esgotos do Piauí S/A - AGESPISA;
- Antônio Dumont Vieira - Membro, representante do Ministério Público/ PROCON;
- Secretário Executivo Titular - José Gutemberg de Barros - indicado pela CEPISA (Secretário Executivo Suplente - Luiz Rodrigues Vera - indicado pela CEPISA).

8. ASPECTOS ECONÔMICOS e FINANCEIROS

8.1 Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos	2005	2006	2007	2008	2009	2009/2008 (%)
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	524.530	621.245	717.326	814.347	872.509	7,1
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas (R\$ mil)	147.822	202.483	245.081	265.534	273.930	3,2
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	376.708	418.762	472.245	548.813	598.579	9,0
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	422.570	434.508	469.876	527.792	583.376	10,5
Resultado do Serviço e Margem Operacional						
Resultado do Serviço (R\$ mil)	-45.862	-15.746	2.369	21.021	15.203	-27,7
Margem Operacional (%)	-12,2	-3,8	0,5	3,8	2,5	
Geração Operacional de Caixa (EBTIDA) (R\$ mil)	-25.950	4.358	22.821	43.586	40.914	-6,1
Margem EBTIDA (%)	-6,9	1	4,8	7,9	6,8	
Resultado Financeiro - Despesa (R\$ mil)	54.506	56.258	83.072	144.439	82.230	-43,1
Prejuízo (R\$ mil)	100.368	69.121	81.197	123.418	67.027	-45,0
Ativo Total (R\$ mil)	566.393	581.988	574.047	621.353	727.681	17,1
Investimento (R\$ mil)	45.892	119.208	70.495	89.704	144.154	60,7
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) (R\$ mil)	55.378	128.014	187.295	283.657	65.829	-76,8

8.2 Desempenho Econômico e Financeiro

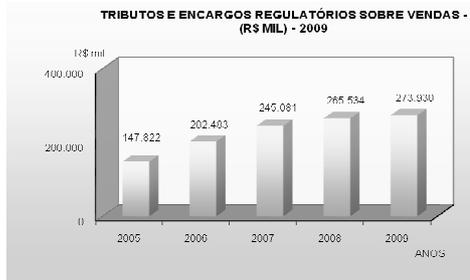
Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta registrou o montante de R\$ 872.509 mil, crescendo 7,1% em relação a apurada no exercício anterior (R\$ 814.347 mil), decorrente, principalmente, do aumento do consumo de energia elétrica (+3,6%).



Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

A CEPISA está entre os maiores contribuintes de tributos do Estado do Piauí, incidentes sobre vendas. Em 2009, esses tributos e encargos regulatórios totalizaram R\$ 273.930 mil, 3,2% acima do ocorrido em 2008 (R\$ 265.534 mil). O ICMS registrado em 2009 foi de R\$ 167.211 mil, representando 61,0% do total dos tributos e encargos regulatórios.



Custos e Despesas Operacionais

O custo do serviço e as despesas operacionais totalizaram, em 2009, R\$ 583.376 mil, contra R\$ 527.792 mil em 2008, representando o crescimento de 10,5%. Comparativamente ao exercício anterior, esse crescimento foi impactado, principalmente, pelas provisões para devedores duvidosos e contingências, em R\$ 33.238 mil, equivalente a 51,4%, despesas de pessoal, em R\$ 2.143 mil, representando 1,9%, energia comprada para revenda, em R\$ 10.668 mil, com variação de 4,3%, e serviço de terceiros, em R\$ 5.191 mil, igual a 8,2%.

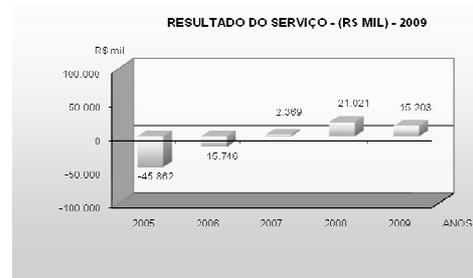
O crescimento da provisão para devedores duvidosos foi motivado pelo aprimoramento do seu cálculo, o qual passou a considerar a análise individual dos créditos considerados relevantes, bem como a sua incidência sobre os parcelamentos em atraso.

No exercício de 2009, a Companhia lançou o Programa de Demissão Incentivada - PDI, contribuindo para o aumento da despesa de pessoal em R\$ 9.997 mil. Essa despesa também foi onerada em função do reajuste salarial, concedido por força do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, e da adequação de salários à tabela unificada do Sistema ELETROBRÁS.



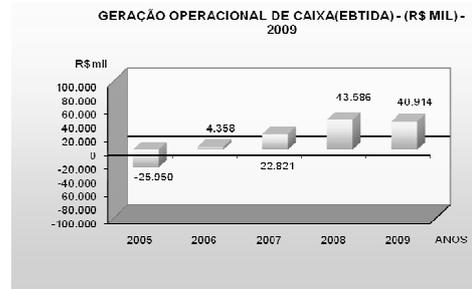
Resultado do Serviço e Margem Operacional

O resultado operacional do serviço atingiu R\$ 15.203 mil, inferior em 27,7% ao apurado em 2008 (R\$ 21.021 mil). Como consequência, a margem operacional (resultado do serviço dividido pela receita líquida) foi de 2,5% (3,8% em 2008).



Geração Operacional de Caixa (EBTIDA)

A geração operacional de caixa, representada pelo EBTIDA - lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização -, alcançou o montante de R\$ 40.914 mil, ante aos R\$ 43.586 mil em 2008. A margem EBTIDA, em relação à receita líquida, foi de 6,8% (7,9% em 2008).



Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou a despesa de R\$ 82.230 mil, decrescendo 43,1% em relação aos R\$ 144.439 mil obtidos em 2008, também como despesa. Esse decréscimo foi influenciado, principalmente, pela redução significativa nos índices que corrigem os empréstimos e financiamentos.

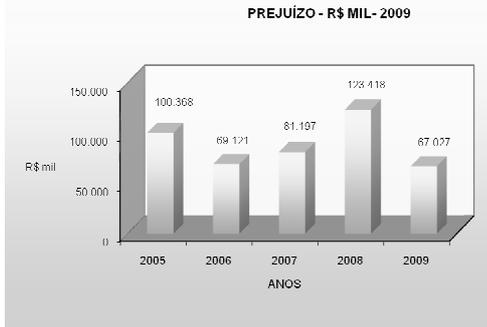


Prejuízo

Apesar do resultado operacional positivo, o mesmo não foi suficiente para suportar o resultado financeiro, gerando, por consequência, o prejuízo de R\$ 67.027 mil (R\$ 123.418 mil em 2008).



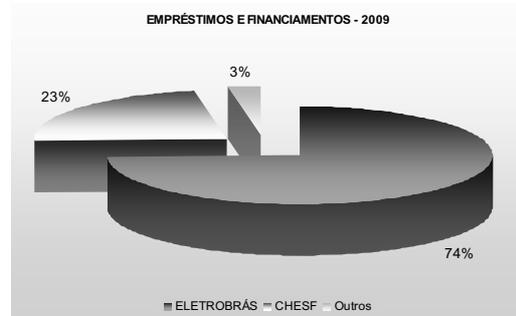
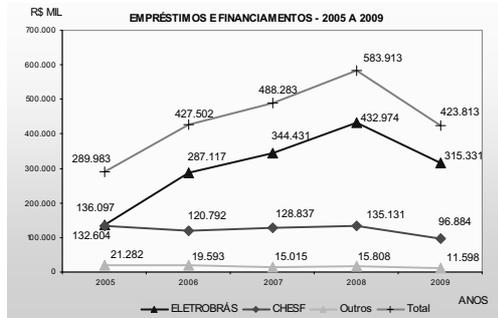
PREJUÍZO - R\$ MIL - 2009



Endividamento

Em 31/12/2009, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 423.813 mil, incluindo neste R\$ 214 mil de encargos da dívida. Desse total, a ELETROBRÁS é credora de R\$ 315.331 mil, equivalente a 74,4%.

Em dezembro de 2009, a ELETROBRÁS aprovou que os contratos de empréstimos e financiamentos, concedidos com recursos ordinários, no valor de R\$ 198.251 mil, fossem transformados em adiantamento para futuro aumento de capital, reduzindo, consequentemente, o endividamento da Companhia.



9. RECURSOS HUMANOS

Em 2009, o processo iniciado em 2008 de revitalização da CEPISA foi continuado, com a admissão dos profissionais aprovados no concurso público realizado em 2007. A Companhia contratou advogados, engenheiros, técnicos industriais com função de eletrotécnico, técnicos de segurança do trabalho, auxiliares operacionais com a função de eletricitista, e assistentes administrativos para trabalharem na área comercial, especificamente no atendimento ao consumidor, em substituição às equipes terceirizadas. O ano de 2009 foi encerrado com 200 novos contratados.

Para possibilitar formação adequada às necessidades da Companhia e ao desempenho funcional, a CEPISA promoveu treinamentos específicos para os recém admitidos, com o suporte técnico do Serviço Nacional da Indústria - SENAI e o engajamento de empregados experientes que transmitiram os conhecimentos adquiridos em suas práticas de trabalho, enriquecendo o processo de formação desses profissionais.

Com o novo modelo de gestão implantado a partir de junho de 2008, nas seis empresas de distribuição do sistema ELETROBRÁS, está praticamente consolidado o processo de unificação de procedimentos na área de gestão de pessoas. As ações de mudança envolvem as áreas de treinamento e desenvolvimento, programas de assistência e benefícios, plano de cargos e salários, procedimentos de segurança, medicina do trabalho, registro e pagamento, trazendo dentre as novidades propostas a TV Corporativa e a Universidade Corporativa.

De acordo com o Plano de Cargos e Salários vigente, em dezembro de 2009, foi realizada promoção por maturidade profissional, assegurando confiabilidade e a ascensão funcional planejada.

Com isso, a CEPISA finalizou o exercício de 2009 com 1.350 empregados, enquanto que, em dezembro de 2008, o efetivo era de 1.220, redundando no crescimento representativo de 10,7%.

Do total de empregados mencionado, 25 % corresponde a aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, os quais continuam na ativa. Por isso, a CEPISA instituiu um Programa de Incentivo ao Desligamento - PID, buscando a renovação do quadro de pessoal. No entanto, pouco mais de oitenta empregados aderiram ao programa, que tem como data final para desligamento o mês de março de 2010.

9.1 FACEPI - Fundação CEPISA de Seguridade Social

A Companhia é patrocinadora da Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da FACEPI é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é o do tipo Benefício Definido (Plano BD).

O novo Plano de Contribuição Variável - PCV foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, ao final do ano de 2009, estando a Fundação cuidando de todos os preparativos para divulgação e implantação desse Plano.

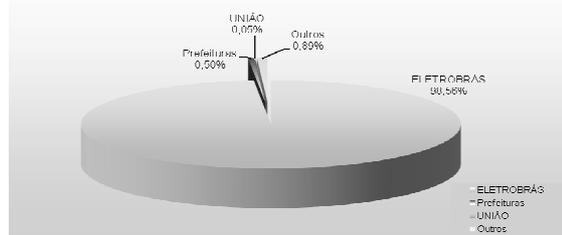
10. GOVERNANÇA CORPORATIVA

10.1 Composição Acionária

O controle acionário da CEPISA é exercido pela ELETROBRÁS, desde outubro de 1997. A estrutura do capital social, abaixo indicada, reflete todas as mudanças ocorridas desde aquela época, com também as capitalizações de créditos efetuados por esse acionista. Em 31/12/2009, o capital social registrado da Companhia é de R\$ 375.023 mil.

ACIONISTAS	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade (mil)	%	Quantidade (mil)	%	Quantidade (mil)	%
ELETROBRÁS	25.035.224	99,98	806.808	68,33	25.842.032	98,56
Prefeituras	1.163	0,01	130.752	11,07	131.915	0,50
União	2.664	0,01	11.378	0,96	14.042	0,05
Outros	487	0,00	231.892	19,64	232.379	0,89
Total	25.039.538	100,00	1.180.830	100,00	26.220.368	100,00

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - CEPISA - 2009



10.2 Auditoria e Controles Internos

Com a implantação, em junho de 2008, da Gestão Integrada das Empresas de Distribuição da ELETROBRÁS, a Auditoria Interna daquela Empresa passou a ter uma coordenação mais atuante junto aos órgãos de controle interno das empresas de distribuição.

Em meados de dezembro de 2008, com a edição de Resolução de Diretoria, aprovada pela Diretoria Executiva da ELETROBRÁS, foi conferida à Auditoria Interna da ELETROBRÁS diversas atribuições, destacando: acompanhamento dos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, avaliação da atuação das respectivas Auditorias Internas, coordenação de ações com vistas ao intercâmbio técnico-profissional entre as unidades de Auditoria Interna. Novo sistema computacional corporativo foi implantado na CEPISA. A avaliação dos procedimentos até então adotados e a devida adequação dos mesmos à nova realidade, provocaram alteração nos instrumentos normativos, os quais foram validados pela Auditoria Interna.

A CEPISA tem uma preocupação constante no aperfeiçoamento e evolução dos procedimentos de controles internos, visando à melhoria da gestão, bem como a modernização e segurança dos processos existentes.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social

A CEPISA trabalhou a dimensão social, ambiental e econômica em comunidades carentes, levando conhecimento sobre a utilização racional da energia elétrica, forma econômica e segura, orientou sobre o plantio e poda de vegetação próxima à rede de energia elétrica, direitos e deveres do consumidor, em especial do consumidor de baixa renda, e, ainda, como escolher geladeira e tipo de lâmpada mais econômicas.

Essas ações educativas foram levadas à comunidade no II Fórum de Segurança e Cidadania da Região Grande Pedra Mole, Zona Leste de Teresina, formada por mais de 33 localidades, em reunião com o Conselho Comunitário da Vila Santa Rita e União das Entidades Representantes das Vilas, da Zona Sul de Teresina, onde estiveram presentes mais de 30 presidentes de associações de moradores, em exposições de instituições de ensino, na Associação de Moradores do Parque Jacinta, Zona Sul de Teresina, e Residencial Deputada Francisca Trindade.

Realizou pesquisa no Parque Universitário, Zona Leste de Teresina, em unidades consumidoras inadimplentes com a Companhia, objetivando a aproximação com a comunidade e o entendimento das razões do não pagamento da fatura de energia elétrica.

A CEPISA, a título de incentivo à carreira acadêmica, entregou à Biblioteca Carlos Castelo Branco, da Universidade Federal do Piauí, livros e revistas com temas sobre energia elétrica e gênero, dentre outros.

Fez parceria com a Fundação Municipal de Saúde, trabalhando o combate à AIDS, e com a Maternidade Evangelina Rosa, contribuindo com a divulgação da importância do aleitamento materno, e arrecadando vidros a serem doados para o Banco de Leite dessa maternidade.

A CEPISA promoveu ajuda aos desabrigados das enchentes dos rios no Estado do Piauí, doando 44.000 kg de gêneros alimentícios e materiais de higiene.

Aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, da Presidência da República, onde apresentou Plano de Ação voltado para não permitir desigualdades no tratamento dos seus empregados, menores aprendizes, estagiários e terceirizados, disseminando a não violência contra as mulheres.

A coleta de papel para reciclagem continuou sendo educativa, fonte de recursos para outras ações de promoção à cidadania e de contribuição ao meio ambiente.

12. BALANÇO SOCIAL

Os principais indicadores sociais que representam a Responsabilidade Corporativa e Social da CEPISA, em relação aos seus colaboradores e à comunidade na qual está inserida, expressos com base no modelo do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, estão demonstrados a seguir:

1. Base de Cálculo		2008 valor (mil reais)			2009 valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)		548.813			598.579		
Resultado do exercício (RO)		(123.418)			(67.027)		
Folha de pagamento (FPB)		66.507			77.937		
2. Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		6.316	9,5	1,2	7.739	9,9	1,3
Encargos sociais compulsórios		20.970	31,5	3,8	27.050	34,7	4,5
Previdência privada		-	-	-	-	-	-
Saúde		1.770	2,7	0,3	1.879	2,4	0,3
Segurança e medicina no trabalho		312	0,5	0,0	2.762	4,1	0,5
Educação		54	0,1	0,0	88,6	0,1	0,0
Cultura		-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional		596	0,9	0,1	442,8	0,5	0,1
Creches ou auxílio – creche		118	0,2	0,0	173	0,2	0,0
Vale Transporte		265	0,4	0,0	338	0,4	0,1
Participação nos lucros ou resultados		-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos		30.404	45,7	5,5	40.473	48,2	14,1
3. Indicadores sociais externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		-	-	-	-	-	-
Cultura		-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento		-	-	-	-	-	-
Esporte		-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar		-	-	-	-	-	-
Programa Social de Eletricidade Rural		-	-	-	-	-	-
Programa de Eletricificação Populacional (Luz para Todos)		50.740	(51,4)	9,3	77.559	-114,5	13,0
Total das contribuições para sociedade		-	-	-	-	-	-
Tributos (excetuados encargos sociais)		-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais externos		-	-	-	-	-	-
4. Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimento relacionados com a produção/operação da empresa		-	-	-	-	-	-
Investimento em programas e/ou projetos externos		-	-	-	-	-	-
Total de investimento em meio ambiente		-	-	-	-	-	-
Estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:		(X) não possui metas () cumpre 0 a 50% () cumpre 51 a 75% () cumpre 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre 0 a 50% () cumpre 51 a 75% () cumpre 76 a 100%			
5. Indicadores do corpo funcional		2008			2009		
Nº de empregados (as) ao final do período		1220			1350		
Nº de admissões durante o período		138			164		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)		1.810			1.117		
Nº de estagiários (as)		165			138		
Nº de empregados (os) acima de 45 anos		992			1008		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		233			262		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		10			9		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		95			116		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)		8			13		
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais		36			38		
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2008			2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração		21,9			22,5		
Número total de acidentes de trabalho		7			11		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(X) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) direção e gerências	() todos empregados	(X) todos(as) + CIPA	(X) direção e gerências	() todos empregados	(X) todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos (as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(X) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos empregados
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	(X) são sugeridos	() não são exigidos	() não são considerados	(X) são sugeridos	() não são exigidos
Quanto a participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(X) apoiará	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoiará	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores		Empresa:	Procon: %	Justiça: %	Empresa:	Procon:702	Justiça: 513
% de reclamações e críticas solucionadas		Empresa:	Procon: %	Justiça: %	Empresa:	Procon: 35%	Justiça:21%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)		Em 2008: 397.415			Em 2009: 437.584		
Distribuição do valor adicionado (DVA)		Governo:66,82%	colaboradores: 22,25%	Acionista: (31,05%)	terceiros: 41,09%	Governo: 62,60%	colaboradores: 26,34%
						Terceiros: 26,38%	

12.1 Valor Adicionado – DVA

A contribuição da CEPISA para o crescimento nacional, especialmente para o Estado do Piauí e região nordeste, também se expressa pela geração de R\$ 437.584 mil em valor adicionado. Esse valor foi devolvido à sociedade em forma de salários e benefícios aos empregados, pagamentos a fornecedores, referentes a custos e investimentos, empreendidos na aquisição de bens e serviços, em impostos, taxas e contribuições sociais aos Governos Federal, Estadual e Municipal.

13. PRINCIPAIS NÚMEROS DA EMPRESA

DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2009/2008 (%)
ATENDIMENTO						
Número de Consumidores	728.840	767.762	812.266	848.763	892.391	5,14
Número de Empregados	1.140	1.112	1.099	1.220	1.350	10,66
Número de Consumidores por Empregado	639	701	739	695	661	-4,89
Energia Fornecida (MWh) /Empregado	1.389	1.464	1.563	1.500	1.405	-6,34
Número de Localidades Atendidas	223	223	223	224	224	0,00
Número de Agências	43	42	67	67	68	1,49
Número de Postos de Atendimento	17	17	29	30	30	0,00
Número de Postos de Arrecadação	1.075	1.168	1.743	1.577	1.505	-4,57
MERCADO						
Área de Concessão (km)	252,4	252,4	252,4	252,4	251,5	0,00
Demanda Máxima (MW)	437	454	498	552	542	-1,81
Distribuição Direta (GWh)	1.583	1.628	1.718	1.830	1.897	3,66
Consumo Médio Residencial por Consumidor (KWh/Ano)	87,6	83,0	84,3	86,2	89,2	3,48
Tarifas Médias de Fornecimento(R\$ por MWh)	230,86	268,76	302,08	311,5	319,5	2,57
TOTAL (EXCETO CURTO PRAZO)	1.598.484	1.628.074	1.717.853	1.830.480	1.896.627	3,61
Residencial (MWh)	662.654	665.084	710.125	759.959	807.695	6,28
Comercial(MWh)	311.852	332.004	350.847	369.849	388.716	5,10
Industrial (MWh)	187.577	197.162	207.291	235.932	231.367	-1,93
Rural (MWh)	80.773	73.652	83.277	81.719	79.862	-2,27
Suprimento (MWh) (Contrato Inicial)	15.322	-	-	-	-	-
Outras Classes	340.306	360.172	366.313	383.021	388.987	1,56
Número de Reclamações por 10.000 consumidores	10,4	11,1	9,0	9,8	60,6	518,37
OPERACIONAIS						
Número de Subestações	65	66	65	67	68	1,49
Linhas de Transmissão (km)	4.390	4.390	4.409	4.521	4.761	5,31
Redes de Distribuição(km)	31.571	36.828	39.208	41.365	45.690	10,46
Capacidade Instalada (MVA)	520	549	576	594	637	7,24

14. AGRADECIMENTOS

Registramos os agradecimentos da Diretoria Executiva às autoridades municipais, estaduais e federais, Ministério de Minas e Energia, ELETROBRÁS, ANEEL, ONS, Conselho de Consumidores, Conselheiros da Administração e Fiscal, fornecedores e clientes, pelo apoio e

atenção dispensados à Companhia e nosso reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional.

Teresina (PI), 22 de março de 2009.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Flávio Decat de Moura
Presidente

Luís Hiroshi Sakamoto
Diretor de Gestão

Nelson Fonseca Leite
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

Ronaldo Ferreira Braga
Diretor Comercial

Leonardo Lins de Albuquerque
Diretor de Planejamento e Expansão

Pedro Carlos Hosken Vieira
Diretor Financeiro

José Luís França dos Santos
Diretor de Operação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Flávio Decat de Moura
Conselheiro

Telton Elber Correa
Conselheiro

Antonio Perez Puente
Conselheiro

José Roberto de M. R. P. Fernandes Júnior
Conselheiro

Sérgio Gonçalves de Miranda
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Liana do Rêgo Motta Veloso
Presidente

Wagner Montoro Júnior
Conselheiro

Irapuã de Carvalho Dantas
Conselheiro


**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS,
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2009**

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
ATIVO	Notas	2009	2008 Nota (3.a)
CIRCULANTE			
Numerário Disponível	5	14.980	11.310
Aplicações no Mercado Aberto	5	112.018	21.439
Consumidores	6	344.142	334.109
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(205.008)	(165.950)
Parcelamento Créditos de Energia Elétrica	7	79.137	53.756
Valores Tarifários não Gerenciáveis a Compensar	8	41.024	697
Consumo de Baixa Renda - Subsídio a Receber	8	11.637	21.486
Tributos a Compensar	9	8.376	9.511
Almoxarifado		10.106	6.854
Outros Créditos	10	5.488	3.179
		421.900	296.391
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Parcelamento Créditos de Energia Elétrica	7	12.586	2.753
Programa Emergencial de Redução Consumo de Energia		178	178
Tributos a Compensar	9	3.644	3.538
Depósitos Judiciais	21	21.726	11.441
Outros Créditos	10	127	127
		38.261	18.037
Investimentos		146	146
Imobilizado líquido	11	259.836	302.716
Intangível	12	7.538	4.063
		305.781	324.962
TOTAL DO ATIVO		727.681	621.353

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Notas	2009	Nota (3.a)
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	72.966	72.583
Energia livre	14	2.171	2.518
Folha de pagamento		2.299	5.088
Programa de demissão incentivada		7.827	-
Empréstimos e Financiamentos	15	66.383	90.308
Taxas Regulamentares	16	32.638	29.530
Entidade de Previdência Privada	17	8.741	7.360
Tributos e Contribuições Sociais	18	30.043	26.936
Parcelamento Excepcional - PAEX	19	14.913	16.543
Obrigações Estimadas	20	12.729	9.327
Outras Obrigações	22	16.356	11.594
		267.066	271.787
NÃO CIRCULANTE			
Energia livre	14	26.036	19.614
Empréstimos e Financiamentos	15	357.430	493.605
Entidade de Previdência Privada	17	89.957	95.508
Provisões para Contingências	21	51.851	22.927
Outras Obrigações		1.170	1.568
		526.444	633.222
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital Social	23	375.023	375.023
Reserva de Capital		31.536	31.536
Prejuízos Acumulados		(1.251.612)	(1.184.585)
		(845.053)	(778.026)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	24	779.224	494.369
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) MAIS RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL		(65.829)	(283.657)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) MAIS RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL			
		727.681	621.353

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	2009	2008 Nota (3.a)
Receita Operacional Bruta			
Fornecimento de Energia Elétrica	25	833.777	776.593
Uso da Rede e Energia de Curto Prazo	26	30.118	29.737
Outras Receitas	27	8.614	8.018
		872.509	814.347
Deduções da Receita Operacional			
ICMS		(167.211)	(162.553)
COFINS		(67.794)	(60.545)
PASEP		(14.717)	(13.222)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR		(4.666)	(3.859)
Encargos do consumidor		(19.468)	(25.355)
ISS		(74)	-
		(273.930)	(265.534)
Receita Operacional Líquida		598.579	548.813
Custo do Serviço de Energia Elétrica			
Custo com Energia	28	(261.572)	(250.904)
Custo com Operação	29	(114.958)	(96.668)
		(376.530)	(347.572)
Lucro Operacional Bruto		222.049	201.241
Despesas Operacionais			
Despesas com Vendas	30	(107.808)	(108.701)
Despesas Gerais e Administrativas	31	(96.932)	(72.673)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(2.106)	1.154
		(206.846)	(180.220)
Resultado Operacional		15.203	21.021
Resultado Financeiro			
Rendas de Aplicações Financeiras		2.525	2.733
Acréscimo Moratório de Energia Vendida		13.468	7.871
Encargos de Dívidas	34	(58.329)	(74.500)
Variações Monetárias Líquidas	34	(30.393)	(79.584)
Outras Despesas Financeiras		(9.501)	(960)
		(82.230)	(144.439)
Prejuízo do Exercício		(67.027)	(123.418)
Quantidade de ações em circulação (em milhares)		26.220.368	26.220.368
Prejuízo por ação		-	0,0026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) E RECURSOS DESTINADOS AO AUMENTO DE CAPITAL
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	375.023	27.273	(1.060.327)	470.736	(187.295)
Ajustes da lei 11.638/07			(840)		(840)
Saldos de abertura ajustado	375.023	27.273	(1.061.167)	470.736	(188.135)
Prejuízo do exercício					-
Originalmente apresentado			(98.736)		(98.736)
Ajustes de 2008 identificados em 2009 (nota 3.a)			(24.682)		(24.682)
Prejuízo do exercício ajustado			(123.418)		(123.418)
Adiantamento para futuro aumento de capital				23.633	23.633
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio		4.263			4.263
Saldos em 31 de dezembro de 2008	375.023	31.536	(1.184.585)	494.369	(283.657)
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 24)				284.855	284.855
Prejuízo do exercício			(67.027)		(67.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	375.023	31.536	(1.251.612)	779.224	(65.829)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
(Em milhares de reais)		
	2009	2008 Nota (3.a)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(67.027)	(123.418)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	26.947	22.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.058	(98.149)
Juros, encargos, variações monetárias sobre empréstimos e provisões	74.902	118.788
Ganho ou perda na alienação de ativo imobilizado	7.190	
	81.070	(80.214)
Varição de ativos e passivos		
Consumidores	(10.033)	83.545
Parcelamento créditos de energia elétrica	(35.214)	(24.121)
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	(40.327)	
Consumo de baixa renda - subsídio a receber		9.849
Tributos a compensar	1.029	10.955
Almoxarifado	(3.252)	(1.342)
Outros créditos	(2.309)	2.868
Depósitos judiciais	(10.285)	22.040
Fornecedores	383	6.497
Energia livre	6.075	2.518
Folha de pagamento	(2.789)	259
Taxas regulatórias	3.108	4.430
Entidade de previdência privada	(4.170)	(1.065)
Tributos e contribuições sociais	3.107	2.092
Parcelamento excepcional - PAEX	(1.630)	12.769
Obrigações estimadas	3.402	404
Outras obrigações	4.364	7.769
Obrigações vinculadas a concessão pública	124.476	
Caixa proveniente das operações	126.854	34.885
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	126.854	34.885
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(115.643)	(89.704)
Aquisição do ativo intangível	(3.566)	(6.056)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(119.209)	(95.760)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos		88.207
Amortização de empréstimos e financiamentos		(23.555)
Recursos destinados ao aumento de capital	86.604	
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio		4.264
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	86.604	68.916
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	94.249	8.041
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.749	24.708
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	126.998	32.749

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Energética do Piauí – CEPISA, sociedade por ações de capital fechado, com o controle acionário da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, detentora de 99,98% do seu capital votante, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí.

A CEPISA tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, suprindo todos os 224 municípios do Estado do Piauí, com área de concessão de 251,5 km² e 3.032 mil habitantes, atendendo mais de 892 mil consumidores, por meio de linhas e subestações, nas tensões de 138/69/34,5/13,8 kV.

O sistema elétrico da CEPISA é constituído, atualmente, de 4.761 km de linhas de subtransmissão, 68 subestações, 172 alimentadores de distribuição, 45.690 km de redes de distribuição e 24.912 transformadores de distribuição.

2. Concessões

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2 001-ANEEL, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 12/02/2001, a CEPISA detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogada pelo período de até 20 anos.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

A presente demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 16 de abril de 2010.

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugadas com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho nº 4.722 – SFF/ANEEL, de 18 de dezembro de 2009.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, com vigência para os exercícios sociais indicados a partir de 1º de janeiro de 2010, com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade por ocasião da elaboração das Demonstrações Contábeis de 2010.

(a) Refazimento das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008

Durante o exercício de 2009, a CEPISA identificou erros não intencionais cometidos na divulgação de elementos das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Desta forma, em virtude da correção de erros, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 estão sendo reapresentadas devidamente corrigidas, nos termos previstos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC no. 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(+) Débitos/ (-) Créditos R\$ Mil

2008

Ajustes efetuados

Ativo não circulante – baixa de depósitos judiciais após inventário. Em contrapartida foi contabilizada a conta de Despesas gerais e administrativas. (29.284)

Total de ajustes no ativo não circulante (29.284)

Passivo circulante – ajuste por baixa de faturas pagas de Fornecedores e não contabilizadas em exercícios anteriores. Em contrapartida foi contabilizada a conta de Despesas gerais e administrativas 4.602

Total de ajustes no passivo circulante 4.602

Total de ajustes no Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) (24.682)

Balanco patrimonial ajustado em 31 de dezembro de 2008

	Original	Ajustes competência 2008	2008 Ajustado
Ativo:			
Circulante	296.390		296.391
Não circulante	354.247	(29.284)	324.962
	650.637	(29.284)	621.353
Passivo:			
Circulante	276.389	(4.602)	271.787
Não circulante	633.222		633.222
	(258.975)	(24.682)	(283.657)
Passivo a descoberto	650.637	(29.284)	621.353

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
(Em milhares de reais)		
	2009	2008 Nota (3.a)
Receitas	831.345	717.352
Receitas de vendas de energia e serviços	872.509	814.347
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.058)	(98.149)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidadas	(2.106)	1.154
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(393.806)	(314.210)
Custos da energia comprada	(261.572)	(250.905)
Serviços de terceiros	(68.273)	(54.292)
Materiais	(3.150)	(7.431)
Outros custos operacionais	(60.811)	(1.582)
Valor adicionado bruto	437.539	403.143
Depreciação e amortização	(26.947)	(22.565)
Valor adicionado líquido gerado	410.592	380.578
(+) Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26.992	16.837
Valor adicionado a distribuir	437.584	397.415
Distribuição do valor adicionado	504.611	520.833
Pessoal	115.246	88.422
- Salário e outras remunerações	70.636	57.471
- Encargos Sociais	26.333	20.474
- Outros	18.277	10.477
Governos	273.930	265.534
- Impostos, taxas e contribuições	273.930	265.534
Juros e demais despesas financeiras	109.222	161.277
Aluguéis	6.212	5.600
Prejuízo do exercício (Nota 3.a)	(67.027)	(123.418)
Total	437.584	397.415

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstração do resultado ajustado em 31 de dezembro de 2008

	2008		
	Original	Ajustes	Ajustado
Receita operacional	814.347		814.347
Dedução da receita	(265.534)		(265.534)
Receita operacional líquida	548.813		548.813
Custo do serviço de energia elétrica	(347.572)		(347.572)
Lucro bruto	201.241		201.241
Despesas com vendas	(108.701)		(108.701)
Despesas gerais e administrativas	(47.991)	(24.682)	(72.673)
Outras receitas e despesas operacionais	1.154		1.154
Resultado operacional	45.703	(24.682)	21.021
Resultado financeiro	(144.439)		(144.439)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(98.736)	(24.682)	(123.418)
Prejuízo do exercício	(98.736)	(24.682)	(123.418)

(b) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações contábeis da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Pronunciamentos

- . CPC 16 - Estoques
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 22 - Informação por segmento
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- . CPC 33 - Benefícios a empregados
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

(b) Interpretações

- . ICPC 01 - Contratos de concessão
- . ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial

4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

4.1 Práticas contábeis gerais

Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da CEPISA incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Ativo Circulante e Não Circulante

• Numerários e disponível – incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata.

• Instrumentos financeiros – a classificação em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. A CEPISA aplica as regras de classificação e mensuração, previstas no Pronunciamento Técnico CPC 14 (instrumentos financeiros);

• Consumidores, concessionárias e permissionárias – Incluem o fornecimento da energia elétrica faturada e a faturar (estimativa), acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, renegociação de dívida de consumidores, energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica e créditos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa – é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber;

• Estoques – classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos da provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização;

• Imobilizado – registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear.

• Intangível – são reconhecidos os gastos inerentes à aquisição de softwares corporativos, deduzidos da amortização acumulada. Os gastos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos, quando incorridos, como despesa do exercício (nota 12).

• Avaliação do valor recuperável de ativos – a administração da CEPISA avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

• Demais ativos e passivos – os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos. Os demais passivos estão representados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

Passivo Circulante e Não Circulante

• Fornecedores – são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

• Empréstimos e financiamentos – estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço, de acordo com os termos dos contratos.

• Plano previdenciário – os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/2000.

Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

• Adiantamento para futuro aumento de capital – os recursos destinados a aumento de capital, desde que revestidos da característica de irreversibilidade, estão registrados neste grupamento.

Resultado

• Contas de resultado – são apuradas em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia for consumida.

Práticas contábeis regulatórias específicas do setor elétrico

Plano de contas – a CEPISA adota o plano de contas, parte integrante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 370, de 30/06/2009.

Ativos e passivos regulatórios - tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

Ativo Imobilizado em Serviço – são cadastrados e controlados pela concessionária em sistemas auxiliares ou registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro – UC e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização – ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) do imobilizado em curso. De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão está sendo apresentado como redutor do Ativo Imobilizado (nota 11.a).

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 015, de 24 de dezembro de 1997, e a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999, e nº 473, de 6 de março de 2006. (notas 11.c e 11.d).

Ativo Imobilizado em Curso – são bens e instalações em formação ou construção. Parte dos gastos da administração central é mensalmente apropriada às imobilizações em curso, limitada a 10% dos gastos diretos com pessoal e serviço de terceiros registrados nessas obras.

Encargos financeiros - em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo;

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica - representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no passivo não circulante, estão apresentadas como dedução do ativo não circulante – imobilizado, dadas suas características de financiamentos para obras.

Reserva global de reversão – RGR – encargo do setor elétrico brasileiro, pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços.

Conta consumo de combustível (“CCC”) – parcela da receita tarifária, paga pelas empresas distribuidoras de energia, com dupla finalidade: pagar as despesas com o combustível usado nas usinas térmicas, utilizadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados, para equalizar as tarifas aos níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

Conta de desenvolvimento energético (“CDE”) – tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, possibilitando a universalização do serviço de energia elétrica.

Pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) – Programa de Eficiência Energética – EPE e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT - as empresas distribuidoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para reinvestimentos nesses programas.

Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica ("TFSEE") – calculada pela ANEEL, incidente sobre a distribuição de energia, considerando o valor econômico agregado pela concessionária.

Encargo do serviço do sistema ("ESS") – tem como objetivo manter a confiabilidade e a estabilidade do sistema interligado nacional, para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelas distribuidoras às geradoras.

5. Numerário disponível e aplicações no mercado aberto

Descrição	R\$ mil	
	2009	2008
Contas bancárias a vista	14.782	11.119
Fundos de caixa	198	192
Aplicações no mercado aberto	112.018	21.439
	<u>126.998</u>	<u>32.750</u>

Estão contabilizados os saldos em contas corrente, fundos fixos de caixa e as aplicações financeiras de curto prazo junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

6. Consumidores e provisão para créditos de liquidação duvidosa

O saldo refere-se a venda de energia elétrica e da disponibilidade da rede de distribuição, e encontra-se composto por:

6a) Consumidores

Descrição	A Vencer	Vencidos	Vencidos	Saldo	
		Até 90 dias	Após 90 dias	2009	2008
Residencial	17.362	37.897	9.641	64.900	64.140
Industrial	3.610	8.015	26.391	38.016	36.655
Comércio, Serviços e Outras					
Atividades	6.603	13.230	15.392	35.225	33.242
Rural	1.326	2.734	9.015	13.075	11.218
Poder Público					
Federal	262	1.318	656	2.236	1.473
Estadual	2.006	471	662	3.139	4.163
Municipal	2.991	5.694	13.678	22.363	21.492
Iluminação Pública	2.784	1.747	508	5.039	7.688
Serviço Público	2.540	1.038	92.486	96.064	94.911
Outros Consumidores * Sobretaxa do Racionamento	450	720	729	1.899	-
Bônus do Racionamento	-	-	-	-	(48)
Serviço Taxado	178	118	-	296	320
Acréscimos Moratórios	4.830	-	-	4.830	3.235
Encargo Cap. Emergencial	-	2.869	-	2.869	2.891
Faturas Agrupadas - II. Pública	14.978	-	-	14.978	15.962
Subvenções Baixa Renda Arrecadação em proc.	(10.312)	-	-	(10.312)	(10.685)
Classificação	-	(5.180)	-	(5.180)	(821)
Subtotal - Consumidores	49.608	70.671	174.664	294.943	291.342

Concessionárias	9.488	-	-	9.488	7.157
Subtotal	59.096	70.671	174.664	304.431	298.499
Fornecimento Faturado	Não				
	39.711	-	-	39.711	35.610
Total	98.807	70.671	174.664	344.142	334.109

* Consumidor Livre e PIE – Produtor Independente

6b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os parâmetros a serem considerados para a provisão, nos casos de clientes com débitos relevantes são:

Classe de Consumidor	2009	2008
Residencial	9.867	9.182
Industrial	32.403	20.259
Comercial	20.058	15.122
Rural	9.464	5.711
Poder Público		
Federal	637	433
Estadual	566	650
Municipal	10.868	2.825
Iluminação Pública	10.238	13.880
Serviço Público	99.209	97.888
Outros Devedores	4.807	-
Suprimento	6.891	-
Total	205.008	165.950

Está reconhecida, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

O saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da Administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e a situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

7. Parcelamento de créditos de energia elétrica

A composição dessa conta é constituída da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Setor Público	35.174	2.812	12.586	2.753
Setor Privado	43.963	50.944	-	-
Total	79.137	53.756	12.586	2.753

São créditos a receber, de curto e longo prazo, decorrentes de parcelamentos de contas de energia elétrica, renegociados com consumidores.

8. Ativos regulatórios

a) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA)

A composição dos saldos, registrados no ativo circulante, é a seguinte:

	2009	2008
CCC	5.284	-
Rede Básica	6.749	-
ESS	12.170	-
CDE	370	-
PROINFA	3.054	697
Energia Comprada	13.397	-
	41.024	697

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado, da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, criou a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" – CVA, destinada a registrar como ativo ou passivo as variações dos custos não gerenciáveis, a serem imputados às tarifas de energia elétrica.

A CVA absorve anualmente as variações, devedoras ou credoras, dos custos não gerenciáveis ocorridos entre reajustes tarifários. Tais variações são consideradas nos reajustes de tarifas do período subsequente ao de sua ocorrência.

b) Consumo de baixa renda – subsídio a receber

A composição dos saldos é a seguinte:

	2009	2008
Tarifa social de baixa renda	11.637	21.486

Por meio da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, o Governo Federal instituiu a tarifa social de baixa renda, a título de subvenção, para parcela de unidades consumidoras da classe residencial considerada de baixa renda, de acordo com critérios e enquadramento específicos.

Posteriormente, o Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda será custeado por meio de subvenção econômica.

O reconhecimento dessa subvenção econômica na receita, no que diz respeito à redução dos valores faturados, tem como contrapartida o ativo circulante



9. Tributos a compensar

O saldo encontra-se assim composto por:

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
ICMS	4.346	5.239	3.644	3.538
IR/CSLL	2.631	1.971	-	-
IR na fonte	464	1.073	-	-
PIS / PASEP	163	157	-	-
COFINS	753	726	-	-
Outros	19	345	-	-
Total	8.376	9.511	3.644	3.538

10. Outros créditos

A composição do saldo está demonstrado a seguir:

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Serviço prestado a terceiros	572	446	-	-
Serviços em curso	1.166	482	-	-
Desativações em curso	(3.502)	(3.264)	-	-
Empregados	-610	98	-	-
Dispêndios a reembolsar	2.805	2.805	-	-
Fornecedores	1.193	1.549	-	-
Entidades de classe	1.291	1.258	-	-
Títulos a receber	1.995	-	-	-
Outros	578	(195)	127	127
Total	5.488	3.179	127	127

11. Imobilizado

a) Composição do saldo

	2009	2008
Em serviço	414.840	363.403
Em curso	142.289	112.130
Total	557.129	475.533
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(297.293)	(172.817)
Total	259.836	302.716

b) Por atividade, está constituído da seguinte forma:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação			Obrigações Vinculadas à Concessão		Valor Líquido	
	Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Subtotal	2009	2008	
Em serviço							
Distribuição	4,5%	722.226	(311.116)	411.110	(297.293)	113.817	
Comercialização	5,4%	81	(43)	38		38	
Administração	5,6%	14.231	(10.539)	3.692		3.692	
Total		736.538	(321.698)	414.840	(297.293)	117.547	
Em curso							
Distribuição		142.263		142.263		142.246	
Comercialização		13		13		13	
Administração		13		13		13	
Total		142.289		142.289		142.289	
Total		878.827	(321.698)	557.129	(297.293)	259.836	

c) Movimentação do imobilizado:

Descrição	2008	Adições	Baixas	Imobilizações	2009
Em serviço	663.568		(12.514)	85.484	736.538
Depreciação	(300.165)	(26.857)	5.324		(321.698)
Subtotal	363.403	(26.857)	(7.190)	85.484	414.840
Em curso	112.130	115.643		(85.484)	142.289
Total	475.533	88.786	(7.190)	-	557.129
Obrigações vinculadas à concessão	(172.817)	(124.746)			(297.293)
Total	302.716	(35.960)	(7.190)	-	259.836

d) A CEPISA calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006. As principais taxas anuais, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2% a 4%
Máquinas e equipamentos	2,5% a 10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%

e) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	2009	2008
Participação da União (Polo Nordeste/SEPLAN/Proterra)	3.604	3.604
Participação do consumidor (Prefeituras)	9.624	9.624
Doações e subvenções destinadas a investimentos - CDE	265.273	157.379
Outras (Diversos consumidores)	18.792	2.210
Total	297.293	172.817

Representam os aportes efetuados pela União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição. O prazo para quitação dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador, cujo vencimento ocorrerá no final da concessão.

f) Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em 25 de março de 2004, foi firmado Termo de Compromisso entre a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, o Estado do Piauí e a CEPISA, com a intervenção da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz para Todos na área de concessão da CEPISA, propiciando o atendimento de 149.600 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento foram definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

Em 2009, a CEPISA investiu R\$ 77.559 no Programa Luz para Todos. A CEPISA é signatária dos contratos abaixo relacionados, com as seguintes especificações:

12. Intangível	E C F S	Recursos	Contratado	Liberado	Saldo	
					2009	2008
O intangível está composto da seguinte forma:	ECFS 012/2004	CDE	11.277	9.089	-	2.188
		RGR	1.735	1.398	-	337
			13.012	10.487	-	2.525
O intangível está composto da seguinte forma:	ECFS - 090/2005	CDE	183.856	165.473	18.383	55.154
		RGR	28.285	25.454	2.831	8.488
			212.141	190.927	21.214	63.642
O intangível está composto da seguinte forma:	ECFS - 0271/2009	CDE	294.243	88.273	205.970	-
		RGR	-	-	-	-
			294.243	88.273	205.970	-
Total			519.396	289.687	227.184	66.167
Descrição	2008	Adições	Baixas/Transferências	2009		
Em serviço		6.355		6.4		
Amortização						
Subtotal		6.26		6.3		
Em curso	3.9	3.56	(6.355)	1.1		
Total	4.0	9.83	(6.355)	7.5		

13. Fornecedores

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Energia Elétrica - CCEAR	30.525	30.642
Uso da Rede Básica	4.972	4.005
Materiais e serviços	35.710	36.072
Conexão - sistema de transmissão	311	-
Energia de curto prazo	1.268	1.706
Retenção contratual	105	105
Suprimento	75	53
	72.966	72.583

Sob este título estão registradas as obrigações da CEPISA referentes a suprimento de energia, uso da rede básica, fornecimento de materiais e serviços, necessários às suas atividades.

14. Energia livre

A composição dos saldos registrados no passivo é a seguinte:

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Energia livre	2.171	2.518	26.036	19.614

Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada, denominada Energia Livre. Entendendo-se como tal a energia ofertada no sistema elétrico, não proveniente dos contratos iniciais, ou equivalentes, e nos contratos bilaterais.

15. Empréstimos e financiamentos

a) Composição do saldo:

	2009			2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
Instituições Financeiras	819	7.294	8.113	720	10.952	11.672
MOEDA NACIONAL						
ELETRORBRÁS	37.220	278.111	315.331	84.386	348.588	432.974
Instituições Financeiras	278	3.207	3.485	279	3.857	4.136
CHESF	28.066	68.818	96.884	4.923	130.208	135.131
Subtotal	65.564	350.136	415.700	89.588	482.653	572.241
Total	66.383	357.430	423.813	90.308	493.605	583.913

b) Condições contratuais:

a.	Q	Fonte	Contrato	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Último Vencimento
contratos de empréstimos e financiamentos obtidos pela CEPISA estão suportados por garantias de receita própria, oriundas da arrecadação de faturas de energia elétrica.		ELETRORBRÁS	Diversos	Diversas	Expansão das linhas e redes de distribuição e linhas de transmissão	5,00% a 10,00% a.a.	2017
		Banco do Brasil	BB227003	10/02/1995	Refinanciamento de débito	8,46% a.a.	2014
		Banco do Brasil	Morgan	31/12/1997	Refinanciamento de débito em moeda estrangeira	12,30% a.a.	2024
		CHESF	Termo de Confissão de Dívida	31/12/2003	Refinanciamento de débitos pela compra de energia	1,00% a.m.	2009

b. Vencimentos a longo prazo:

	2009	2008
2009		65.942
2010		69.238
2011	35.740	51.254
2012	53.615	55.357
2013	71.486	251.814
2014	89.357	
2015 em diante	107.232	
	357.430	493.605

c. Composição por indexador (moeda nacional):

Indexador	%	2009	2008
RGR	70,2	291.900	282.907
IGP-M	24,1	100.330	175.919
FINEL	5,7	23.470	19.854
Outros			93.461
	100,0	415.700	572.141

16. Taxas regulamentares

	2009	2008
Reserva global de reversão - RGR	-	330
Quota CCC	355	1.782
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	256
Conta de desenvolvimento energético - CDE	313	327
PROINFA	-	3.365
Encargos tarifários	3.339	9.166
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.802	14.304
Programa de eficiência energética - PEE	18.829	
	32.638	29.530

17. Entidade de previdência privada

A CEPISA é patrocinadora da Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pelo sistema previdenciário oficial.

O regime atuarial da FACEPI é o de capitalização e o plano originalmente constituído é o do tipo Benefício Definido (Plano BD).

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a obrigatoriedade de ajustes nos planos das entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, mediante a eliminação de seus déficits e a implantação da paridade contributiva entre participantes e patrocinadora.

A posição das obrigações com a FACEPI é demonstrada como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Termo de compromisso (1)	4.972	4.423	46.037	48.658
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (2)	3.769	2.937	43.920	46.850
	8.741	7.360	89.957	95.508

(1) Firmado em 11/12/2000, relativo ao saldamento do Plano de Benefícios da FACEPI;

(2) Contrato nº 087/97-PJC, de 19.09.1997, com cláusula de atualização monetária com base na variação anual do INPC e juros de 6,0% ao ano, pagável em 180 parcelas mensais, a partir de julho de 2002.

Objetivando o enquadramento da FACEPI aos ditames dessa Emenda e com fundamento em estudos atuariais, foi realizado o fechamento e o saldamento do Plano de Benefício Definido então vigente, contemplando o seguinte:

- saldamento do Plano de Benefício Definido a partir de 30 de novembro de 2000, com o consequente fechamento a novas adesões;
- assunção, pela CEPISA, da responsabilidade pela cobertura da diferença entre o total do passivo atuarial (reservas matemáticas de benefícios concedidos e a conceder) e o valor do ativo líquido da FACEPI, mediante a assinatura de Termo de Compromisso, datado de 11 de dezembro de 2000;
- amortização do montante apurado da reserva matemática avaliada atuarialmente em 31 de dezembro de 2000, no valor de R\$ 20.075 mil, em 240 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2001, montante este a ser reavaliado também atuarialmente ao final de cada ano;
- elaboração e implantação de um novo plano previdenciário, com características de Contribuição Definida, garantindo opção em caráter individual, de migração do participante do plano saldado para esse novo plano;
- de acordo com o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios da FACEPI, datado de 31/07/2000, até a efetiva implantação do plano previdenciário de Contribuição Definida, levando em consideração o saldamento do plano vigente, as despesas administrativas da FACEPI, serão cobertas por sua sobrecarga nas contribuições suplementares da Patrocinadora, destinadas a amortizar o saldo da Reserva a Amortizar decorrente do saldamento do plano, nas bases avaliadas.
- manutenção dos direitos adquiridos pelos participantes ativos e assistidos até a data do saldamento.
- Em 5 de junho de 2001, a FACEPI contratou a empresa PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda para elaborar novo Plano Previdenciário da Contribuição Definida, sendo o mesmo encaminhado para a ELETRORBRÁS, em 16/06/2004, para análise e aprovação do regulamento específico do Plano de Contribuição Definida, acompanhado do convênio de adesão do Plano de Contribuição Definida, relatório de avaliação e parecer atuarial, nota técnica atuarial – DRAA e deliberação do Conselho de Administração da Cepisa, já adaptados às disposições das Resoluções 06 e 08/CGPC, bem como, ao previsto na Instrução Normativa nº 05/SPC.



• Em 25 de agosto de 2004, a documentação acima referida, foi enviada ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, para atender ao disposto no inciso VI, do artigo 2º, do Decreto nº 3.735, sendo que, em 10/03/2005, o DEST enviou o mesmo, por meio do Ofício 87/2005/MP/SE/DEST, para a manifestação prévia do Ministério das Minas e Energia - MME, que por sua vez, devolveu para a ELETROBRÁS em 11/03/2005, para emissão do parecer.

• Em 07/11/08 a Secretaria de Previdência Complementar - SPC aprovou as alterações do regulamento do Plano de Benefício Definido através do seu ofício 3815/SPC/DETEC/CGAT, no qual cita textualmente que tal aprovação não alcança a data retroativa do saldamento do Plano que foi de 30 de novembro de 2000, ficando assim indefinido, de quem será a responsabilidade de cobertura dos recursos para o período de 30 de novembro de 2000 até a presente data, caso haja demandas nesse sentido. Entretanto a SPC em sua análise técnica nº 669/SPC/DETEC/CGAT, datado de 30/10/2008 menciona que a FACEPI vem tentando a aprovação sem ter conseguido êxito desde a data do saldamento do referido Plano e fundamentada na instrução normativa 06 de 16/06/1995, que estabelecia em seu item 2º, que é considerado aprovado o plano de Benefícios no prazo improrrogável de sete dias úteis, caso a SPC ano tenha se manifestado no prazo estabelecido. Diante disso, a FACEPI considerou o texto aprovado referente ao fechamento e saldamento do seu Plano, conforme demonstrado anualmente nos DRAAs.

Durante o exercício de 2009, os valores pagos pela CEPISA à FACEPI, referentes à amortização das parcelas dos débitos e às despesas administrativas foram, respectivamente, R\$ 11.082 (R\$ 12.293 em 2008) e R\$ 829 (R\$ 901 em 2008).

18. Tributos e contribuições sociais

A composição do saldo desta rubrica, registrada no passivo circulante, está demonstrada a seguir:

	2009	2008
ICMS	15.711	14.286
COFINS	4.074	3.750
INSS	1.588	1.231
IRRF	507	338
PIS/PASEP	884	802
FGTS	481	555
Retenção de Tributos Federais	5.019	4.582
Outros	1.779	1.392
	30.043	26.936

19. Parcelamento excepcional – PAEX

A composição do saldo é a seguinte:

	2009	2008
PAEX – Passivo Circulante	14.913	16.543

Em março de 2000, a CEPISA protocolou pedido de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela MP nº 1.923/99, incluindo débitos relativos à COFINS e ao PASEP, cujas provisões, em 31 de dezembro de 1999, eram de, respectivamente, R\$ 17.709 e R\$ 5.948.

A adesão ao REFIS e os efeitos contábeis já reconhecidos desde 1999 ficaram até agosto de 2006, sem a homologação da Secretaria da Receita Federal.

A Medida Provisória nº 303, de 29/06/2006, instituiu novo programa de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Seguro Social, denominado de PAEX.

Com o lançamento do novo programa de parcelamento, a CEPISA formulou junto à Secretaria da Receita Federal em 15/09/2006, Termo de Adesão ao PAEX, em 130 parcelas, encerrando o REFIS e, transferindo o saldo de R\$ 4.897 para o PAEX.

A Diretoria Executiva da CEPISA, por meio da Resolução nº RES-164/2009, de 22/09/2009, autorizou a adesão ao novo parcelamento, previsto na Lei nº 11.941/2009, incluindo a dívida referente ao Finsocial, inscrita da dívida ativa da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O referido parcelamento ainda não foi homologado pela Receita Federal do Brasil - RFB.

Enquanto o parcelamento não for homologado, a CEPISA amortizará o saldo devedor do PAEX, pagando mensalmente R\$ 137.

20. Obrigações estimadas

	2009	2008
Férias	5.422	4.414
Gratificação de férias	2.711	2.001
Contribuições recolhíveis ao INSS	2.359	1.964
FGTS	651	513
Multas moratórias compensatórias, sancionatórias	1.586	435
	12.729	9.327

21. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A estimativa das prováveis indenizações por ações trabalhistas, cíveis e fiscais, e os correspondentes depósitos judiciais têm a seguinte composição:

	2009			2008		
	Provisão para Contingências	Depósitos		Provisão para Contingências	Depósitos	
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Trabalhistas						
Alteração de jornada de trabalho (6 horas)	-	4.030	1.140	3.710	4.030	1.140
Diferença Salarial - 3,27%	-	-	643	(800)	-	643
Periculosidade	75	1.912	-	(3.361)	1.837	-
Equiparação Salarial	291	639	-	268	348	-
Horas Extras	1.099	2.415	-	(3.384)	1.316	-
Processos Individuais	3.715	5.796	4.875	929	2.081	1.360
Processo - PCCS (*)	21.016	21.016	-	-	-	-
Outros	(129)	1.463	2.104	1.255	1.592	588
Atualização (TST)			3.149			
	26.067	37.271	11.911	(1.383)	11.204	3.731
Cíveis						
Débitos Questionados						
Judicialmente	(72)	8	357	(140)	80	357
Outras Indenizações	(319)	4.831	2.718	(1.023)	5.150	635
Medida Cautelar	(213)	-	-	213	213	-
AGESPISA (**)	-	-	6.718	-	-	6.718
DETRAN - PI	-	-	-	(1.064)	-	-
Outros	7.264	7.367	-	(133)	103	-
Atualização (TR)			22			-
	6.660	12.206	9.815	(2.147)	5.546	7.710
Fiscais/Tributárias	(3.803)	2.374	-	-	6.177	-
Total Geral	28.924	51.851	21.726	(3.530)	22.927	11.441

A Administração da CEPISA, embasada na análise de seus consultores jurídicos, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(*) Processo do Plano de Cargos Carreiras e Salários ("PCCS")- trata-se de uma ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí - SINTEPI, cobrando a retroatividade da implantação do PCCS. Constava no ACT/2005 a implantação do PCCS em agosto de 2005. Como a CEPISA o implantou em dezembro de 2005, sem retroatividade, o Sindicato ajuizou reclamação trabalhista pleiteando a referida diferença.

(**) AGESPISA – valor não incluído na provisão para contingência, em razão da causa ser considerada, pelos advogados da Companhia, como de expectativa de perda remota.

Em decorrência do processo de federalização, ocasionalmente, a CEPISA é demandada por consumidores com os quais foram efetuadas quitações de débitos via encontro de contas, especialmente no caso de poderes públicos, os quais questionaram basicamente critérios aplicados para obtenção dos valores.

Entretanto, até o momento, não existe, nem via judicial ou administrativa, possibilidade de reabertura dos instrumentos firmados, tendo todos merecido a avaliação jurídica de atos jurídicos perfeitos, inclusive, com pareceres internos e externos que lhe dão sustentação. Dessa forma, suportada por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração da CEPISA não espera qualquer perda em relação ao referido assunto e, assim sendo, não constituiu provisão para este fim.

a) **Trabalhistas**

Refere-se a diversas ações movidas contra a CEPISA, por ex-empregados e empregados, envolvendo hora-extra, periculosidade, penosidade, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos.

b) **Cíveis**

As principais ações são provenientes de:

- indenizações por danos morais e materiais, movidas por consumidores ou terceiros;
- ações de repetição do indébito, que visam à restituição de valores que o autor entende que foi pago indevidamente.

c) **Fiscais**

A CEPISA sofreu processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, relativo ao período de janeiro de 2001 a dezembro de 2007, sendo lavrados, contra a CEPISA, quatorze autos de infração, no total de R\$ 72.336. Suportada pela avaliação dos consultores jurídicos da CEPISA, este valor não foi provisionado, por ser considerado no relatório das contingências, quanto à probabilidade de perda, como perda possível.

Auto Infração	Discriminação do Fato	Data Auto	Valor
48.461	Atraso na entrega do Convênio 115/03	04/06/07	4.926
48.147	ICMS – subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	17/12/07	821
48.148	ICMS – subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	17/12/07	9.620
48.149	ICMS – subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	17/12/07	11.501
48.150	ICMS – subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	17/12/07	13.380
48.462	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/07	39
48.463	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/07	112
48.464	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/07	174
48.465	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/07	326
48.466	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/07	618
48.467	Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	02/07/07	626
32.794	Consumidor não enquadrado como órgão público	30/07/03	17.371
32.796	ICMS consumidor industrial	30/07/03	6.857
32.797	ICMS competência dez/2005	30/07/03	5.965
			72.336

d) **Depósitos Judiciais**

- **Trabalhistas** – depósitos provenientes de recursos realizados na instância superior da Justiça do Trabalho, bem como valores depositados ou bloqueados relativos aos processos em fase de execução;
- **Cíveis** – valores bloqueados ou depositados judicialmente, referentes aos processos em fase de execução na Justiça Civil;
- **Fiscais** – valor registrado, aguardando definição judicial.

A CEPISA destaca a seguir os processos trabalhistas, cíveis e tributários, com perda estimada como possível e remota, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no exercício de 2009:

	2009	2008
Trabalhistas		
Possíveis	17.760	28.285
Remotas	1.449	2.334
	19.209	30.619
Cíveis		
Possíveis	4.946	17.818
Remotas	250	182.044
	5.196	199.862
Fiscais/tributárias		
Possíveis	76.094	72.555
Remotas	5.722	11.222
	81.816	83.777
	106.221	314.258

22. Outras obrigações

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Taxa de Iluminação Pública - TIP	3.144	6.620
Passivo Regulatório	5.918	4.060
Consumidores	886	452
Multa ANEEL - AI nº037 e nº039/2009	5.975	-
Outros	1603	2.030
Total	17.526	13.162
(-) Passivo circulante	(16.356)	(11.594)
Passivo não circulante	1.170	1.568

23. Capital social

O capital social autorizado da CEPISA, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 375.023 mil e está representado por ações, sem valor nominal, como segue:

Espécie/Classe das ações	Quantidade de ações	%
Ordinárias	25.039.537.135	95,50
Preferenciais – Classe "A"	649.792.328	2,48
Preferenciais – Classe "B"	531.038.043	2,02
	26.220.367.506	100,00

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da Assembléia Geral de Acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma prevista em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na Assembléia Geral de Acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10%, calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais Classe "A";
- montante de dividendos equivalente no mínimo a 10%, calculados sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B";
- prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da CEPISA.

24. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os recursos recebidos da ELETROBRÁS, até 31 de dezembro de 2009, registrados contabilmente no patrimônio líquido da CEPISA, como adiantamento para futuro aumento de capital, devidamente atualizado, alcançaram montante de R\$ 779.224, conforme composição abaixo:

	2009	2008
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2003	281.429	281.429
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2004	35.587	35.587
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2005	199.057	96.100
Adiantamentos Recebidos no Exercício de 2009	263.151	81.253
	779.224	494.369

Por meio da Deliberação DEL-204/2009, de 21 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da ELETROBRÁS aprovou que os contratos de empréstimos e financiamentos (ECF), concedidos com recursos ordinários, fossem transformados em adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$ 198.251, juntando-se àqueles já existentes (R\$ 580.973).

O Conselho de Administração determinou, também, que o aumento de capital com a integralização dos AFAC, referidos a 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 779.224, seja realizado em data a ser definida pela ELETROBRÁS.



25. Fornecimento de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica a consumidores, por classe de consumo, é a seguinte:

	Não auditado					
	Nº Consumidores		MWh		R\$ mil	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Residencial	774.486	734.576	807.695	759.959	408.718	367.895
Industrial	3.945	4.042	231.367	235.932	72.465	70.209
Comercial/Serviços e Outras	69.510	67.136	388.716	369.849	183.542	173.858
Rural	27.379	26.590	79.862	81.719	26.254	25.088
Poder Público	13.671	13.077	151.355	145.906	66.258	63.190
Iluminação Pública	800	803	121.840	118.579	34.594	32.239
Serviço Público	2.463	2.388	112.680	115.410	37.846	39.556
Consumo Próprio	137	151	3.112	3.126	-	-
Fornecimento não faturado					4.100	4.558
	892.391	848.763	1.896.627	1.830.480	833.777	776.593

26. Receitas de uso da rede e energia de curto prazo

	2009	2008
Uso da Rede		
CEMAR	18.278	21.293
Industrial livre	(383)	956
ENGUIA	188	138
Produtor Independente	4.450	-
	22.533	22.387
Energia de curto prazo		
Diversas empresas CCEE	7.585	7.350
	30.118	29.737

27. Outras receitas operacionais

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Renda de prestação de serviço	3.914	3.379
Serviço taxado	1.392	1.421
Arrendamentos e aluguéis	2.779	2.519
Outras receitas	529	699
	8.614	8.018

28. Custo com energia elétrica

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	2009		2008	
	MWh (Não auditado)	R\$ mil	MWh (Não auditado)	R\$ mil
CCEAR	3.321.396	230.308	3.110.207	213.966
Uso do Sistema de Transmissão	-	36.166	-	33.733
Conexão	-	-	-	-
Energia de Curto Prazo	-	(9.416)	-	581
(-) Créditos PIS/COFINS	-	-	-	-
PROINFA	-	4.514	-	2.624
Total	3.321.396	261.572	3.110.207	250.904

29. Custo de operação

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Pessoal e administradores	61.160	46.312
Material	1.708	3.709
Serviço de terceiros	25.568	23.220
Depreciação e amortização	25.056	20.353
Outros	1.466	3.074
	114.958	96.668

30. Despesas com vendas

A composição do saldo está demonstrado a seguir:

	2009	2008
Pessoal e administradores	17.932	18.331
Material	326	2.535
Serviço de terceiros	24.425	27.301
Depreciação e amortização	(60)	1.582
Provisões operacionais	65.984	64.667
Outros	(799)	(5.715)
	107.808	108.701

31. Despesas gerais e administrativas

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Pessoal e administradores	36.154	48.459
Material	1.116	1.191
Serviço de terceiros	18.281	12.561
Depreciação	716	630
Provisões (reversões) para contingências	31.921	-
Arrendamentos e aluguéis	4.031	2.150
Tributos/Seguros	498	93
Outras	4.215	7.589
	96.932	72.673

32. Custo do serviço e despesas operacionais

O custo do serviço e as despesas operacionais, discriminados na demonstração do resultado, detalhados nas notas explicativas 28 a 31, podem ser assim apresentados.

	2009	2008
Pessoal	115.246	113.103
Material	3.150	7.431
Serviço de terceiros	68.273	63.082
Energia elétrica comprada para revenda	261.572	250.904
Depreciação e amortização	25.711	22.565
Provisões (reversões) operacionais	97.905	64.667
Arrendamentos e aluguéis	6.212	5.601
Tributos/Seguros	513	93
Outros	4.794	346
	583.376	527.792

33. Custo e despesas de pessoal e administradores

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Pessoal		
Remunerações	70.636	82.920
Encargos Sociais	12.658	4.790
INSS sobre Folha de Pagamento	13.675	15.684
Provisões e Gratificações	15.811	12.741
Programa de Demissão Incentivada	9.996	-
(-) Transferências para Imobilização em Curso	(7.530)	(3.032)
	115.246	113.103

34. Despesa financeira

Os principais itens que compõem as despesas (receitas) financeiras estão assim constituídos:

	2009			2008		
	Encargos de Dívida	Variáveis Monetárias Líquidas	Total	Encargos de Dívida	Variáveis Monetárias Líquidas	Total
ELETROBRÁS	47.801	20.305	68.106	45.374	29.537	74.911
MORGAN	(666)	(575)	(1.241)	1.924	2.937	4.861
FACEPI	1.371	5.539	6.910	4.568	20.756	25.324
PAEX	-	243	243	-	14.654	14.654
BANCO BRASIL	325	(57)	268	360	465	825
COFINS	-	116	116	-	18	18
PASEP	-	25	25	-	4	4
ICMS	-	31	31	-	54	54
CHESF	11.075	(1.677)	9.398	22.480	12.738	35.218
Energia Livre	-	6.405	6.405	-	3.782	3.782
Outros	-	38	38	-	(2.794)	(2.794)
(-) Transf. Para Obras	(1.577)	-	(1.577)	(206)	(2.567)	(2.773)
Total	58.329	30.393	88.722	74.500	79.584	154.084

35. Seguros

O seguro dos bens patrimoniais visa à contratação de coberturas securitárias adequadas, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A especificação, por modalidade de risco, e data de vigência, dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza – imóveis próprios e locados	06/01/2009	52.010	325
	a 07/01/2010		

Equipamentos e riscos nomeados – Na apólice contratada foram destacadas as subestações e linhas de transmissão, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como, incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos e riscos diversos.

36. Créditos fiscais

Na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR estão registrados prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente. A CEPISA tem, ao longo dos anos, apurado valores decorrentes de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. Demonstra-se abaixo a posição desses créditos.

	2009	2008
Prejuízos fiscais	991.838	982.987
Base negativa de contribuição social	685.687	679.078
	1.677.525	1.662.065

37. Partes relacionadas

A CEPISA efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra e venda de energia elétrica e operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do setor elétrico.

Partes relacionadas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado
ELETROBRÁS	Empréstimos e financiamentos	87	315.331	(45.404)
CHESF	Empréstimos e financiamentos		96.894	(9.398)
ELETRONORTE	Energia comprada, uso do sistema, transporte e transmissão		5.199	-
CHESF	Energia comprada, uso do sistema, transporte, transmissão e conexão		7.619	-
FURNAS	Energia comprada, uso do sistema, transporte e transmissão		8.924	-

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores executivos, conselheiros de administração e fiscal. O gasto total com a remuneração no exercício de 2009 está demonstrado a seguir:

	2009	2008
Remunerações dos Diretores e Conselheiros	86	20
Encargos sociais	28	8
Participação nos lucros	-	-
Outros benefícios	5	2
	119	30

38. Remuneração de empregados (Em Reais)

A maior e menor remuneração, para empregados da CEPISA, tomando-se por base o mês de dezembro de 2009, foi de R\$ 19.225,72 e R\$ 854,82, respectivamente. O salário médio e a remuneração média praticados pela CEPISA, durante o ano de 2009, foram respectivamente, de R\$ 3.811,89 e R\$ 2.159,76.

39. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a CEPISA efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2009, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

· Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

· Consumidores – decorrem diretamente das operações da CEPISA, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável, tendo fator de risco operacional, decorrente das perdas resultantes da dificuldade de recebimento. A CEPISA tem minimizado este risco com campanhas de conscientização, parcelamento de débitos vencidos, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia elétrica.

· Fomecedores – decorrem diretamente das operações da CEPISA e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

· Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da CEPISA e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. A CEPISA possui apenas empréstimos e financiamentos em moeda nacional, que são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas. Apresenta risco reduzido financeiro de encargo da dívida, já que os principais empréstimos são obtidos junto a Controladora ELETROBRAS.

Risco de encargo da dívida - a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito – o risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

Risco quanto à escassez de energia - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Flávio Decat de Moura

Presidente

Pedro Carlos Hosken Vieira

Diretor Financeiro

Lúis Hiroshi Sakamoto

Diretor de Gestão

José Luis França dos Santos

Diretor de Operação

Ronaldo Ferreira Braga

Diretor Comercial

Leonardo Lins de Albuquerque

Diretor de Planejamento e Expansão

Nelson Fonseca Leite

Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

PAULO DAS CHAGAS OLIVEIRA

Contador CRC PI – 3.090/0 – 4

CPF 067.070.333 – 87



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética do Piauí

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Energética do Piauí ("Companhia") em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (passivo a descoberto), dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Piauí em 31 de dezembro de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias em regime normal de operações. Conforme evidenciado nestas demonstrações financeiras, a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e demonstra passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) no encerramento do exercício, o que suscita dúvida sobre a sua continuidade operacional. Os planos da administração com relação ao equacionamento financeiro incluem o processo de capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital ainda a ser efetivado, conforme mencionado na nota explicativa 24. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.
- 5 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 2 de março de 2009, sem ressalvas, portanto antes da reelaboração das demonstrações financeiras mencionada na Nota 3(a). Em conexão com nosso exame, descrito no primeiro parágrafo, examinamos, também, os ajustes descritos nessa Nota 3 (a), efetuados para corrigir as demonstrações financeiras de 2008. Somos de parecer que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2010

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" PI

Gilberto Bagaio Contador
Contador CRC 1RS069038/O-0 "S" PI

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168278/O-4 "S" PI

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 16/04/2010, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, bem como as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2009.

Com base nos documentos examinados, nas análises procedidas e nos esclarecimentos e documentos apresentados pela Diretoria Financeira da Empresa e pelo representante dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião, amparado no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 16 de Abril de 2010, que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o resultado das suas operações, o valor adicionado e o fluxo de caixa da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no país, ressaltando o fato mencionado no parágrafo quarto do Parecer dos Auditores Independentes, acima mencionado.

Em relação aos ajustes descritos na Nota 3(a), efetuados para corrigir as Demonstrações Contábeis de 2008, o Conselho Fiscal está de acordo com o item 05 do Parecer dos Auditores Independentes, de que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

O Conselho Fiscal recomenda que a Diretoria Executiva da CEPISA dê continuidade à implantação de medidas que objetivam a redução do elevado índice de inadimplência e de perdas técnicas e comerciais da Companhia, bem como, dê, também, prosseguimento na implementação do processo de reestruturação econômico e financeira da Companhia, de modo a possibilitar a geração de resultados positivos futuros.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PRICEWATERHOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 16 de Abril de 2010, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pelo encaminhamento dos documentos acima referidos, relativos ao exercício de 2009 e aos ajustes promovidos no exercício de 2008, para serem submetidos à discussão e votação pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas da CEPISA.

Brasília, 16 de Abril de 2010.

LIANA DO RÉGO MOTTA VELOSO
Presidente

WAGNER MONTORO JÚNIOR
Conselheiro

IRAPUÃ DE CARVALHO DANTAS
Conselheiro

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, através da Deliberação DEL-009/2009, de 16.04.2010, decidiu aprovar, e submeter à apreciação e aprovação da Assembléia Geral Ordinária, o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da CEPISA, referentes ao exercício findo em 31.12.2009.